



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

CAROLINE PEREIRA DOS ANJOS

**PROJETO ARQUITETÔNICO DO PROINFÂNCIA: REFLEXÕES SOBRE A
ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS E AMBIENTES À LUZ DAS DCNEI**

Salvador
2013

CAROLINE PEREIRA DOS ANJOS

PROJETO ARQUITETÔNICO DO PROINFÂNCIA: REFLEXÕES SOBRE A ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS E AMBIENTES À LUZ DAS DCNEI

Monografia apresentada ao curso de graduação em Pedagogia, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Professora Mestre Marlene Oliveira dos Santos

Salvador
2013

A111p

Anjos, Caroline Pereira.

Projeto arquitetônico da ProInfância: reflexões sobre a organização dos espaços e ambientes a luz dos DCNEI / Caroline Pereira Anjos. 2013.

67f.; il.;color.

Orientador: Profª. Drª. Marlene Oliveira Santos.

Monografia - (Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2013.

1. Educação infantil. 2. ProInfância. 3. Projetos arquitetônico. 4. Organização de espaço. I. Universidade Federal da Bahia. II. Faculdade de Educação. III. Santos, Marlene Oliveira. IV. Título.

CDD: 370

CAROLINE PEREIRA DOS ANJOS

PROJETO ARQUITETÔNICO DO PROINFÂNCIA: REFLEXÕES SOBRE A ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS E AMBIENTES À LUZ DAS DCNEI

Monografia apresentada ao curso de graduação em Pedagogia, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Salvador, _____ de _____ 2013.

Marlene Oliveira dos Santos - Orientadora _____
Mestre em Educação pela UFBA/FACED
Universidade Federal da Bahia

Maria Izabel Souza Ribeiro _____
Mestre em Educação pela UFBA
Universidade Federal da Bahia

Rose Maria Pereira de Souza Bonfim _____
Especialista em Alfabetização e Letramento pela Faculdade Montessoriana
Faculdade Mauricio de Nassau

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer:

A Deus, por renovar minhas forças todos os dias, me possibilitando vencer mais uma batalha.

À Marlene Oliveira dos Santos, minha referência de professora e responsabilidade, pelas orientações, paciência e oportunidades dadas em todo o meu período de graduação. A você minha sincera admiração.

À Maria Izabel Souza Ribeiro, pela disponibilidade e paciência sempre que precisei, foi um imenso prazer trabalhar com você.

Às minhas colegas de trabalho pela atenção, preocupação e ajuda todas as vezes que me encontravam e que precisei.

À minha família, minha avó e meu namorado pelo companheirismo, atenção, cuidado, carinho, me fortalecendo nesse período trabalhoso.

E, em especial, à minha grandiosa e maravilhosa mãe, pela super força que me deu nesse período, me incentivando e fortalecendo a todo momento, com palavras de carinho, sabedoria e muita paciência. A ti sou eterna e imensamente grata.

“Para a criança, o espaço é o que sente, o que vê, o que faz nele. Portanto, o espaço é sombra e escuridão; é grande, enorme ou, pelo contrário, pequeno; é poder correr ou ter de ficar quieto, é esse lugar onde pode ir olhar, ler, pensar .

O espaço é em cima, embaixo, é tocar ou não chegar a tocar; é barulho forte, forte demais ou, pelo contrário, silêncio, são tantas cores, todas juntas ao mesmo tempo ou uma única cor grande ou nenhuma cor...

O espaço, então, começa quando abrimos os olhos pela manhã em cada despertar do sono; desde quando, com a luz, retornamos ao espaço.”

(Fornero apud ZABALZA, 1998, p. 231)

RESUMO

O presente trabalho investigou como o projeto arquitetônico do ProInfância proposto pelo FNDE/MEC possibilita a organização de espaços e ambientes para o desenvolvimento da criança de 0 a 5 anos, conforme prevê as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Teve como objetivo central analisar como o projeto arquitetônico do ProInfância proposto pelo FNDE/MEC possibilita a organização de espaços e ambientes para o desenvolvimento da criança de 0 a 5 anos conforme prevê as DCNEI (Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil). As contribuições teóricas vieram de autores como: Maria Carmem Barbosa (2001), Maria da Graça Souza Horn (2001, 2004), Lenira Haddad (2011), Miguel de A. Zabalza (1998). Como metodologia, fiz uso da pesquisa bibliográfica e análise documental de materiais impressos e digitais, no intuito de compreender a organização dos ambientes de aprendizagens nas instituições de Educação Infantil. No período de três meses analisei e estudei materiais como: livros, revistas, documentos, leis, pareceres e projetos, buscando dados para a realização dessa pesquisa. Diante dos estudos, percebe-se que o ProInfância é um programa que de fato contribui para o acesso de crianças às instituições de educação, quando oferece um espaço que promove e visa a aprendizagem e desenvolvimento das crianças, ofertando uma educação de qualidade; a organização dos ambientes de aprendizagens deve ser renovável, transformável, brincável e reconstruídos por todos que ocuparão aqueles espaços, visando facilitar as interações, possibilitar aprendizagens, estimular a curiosidade, a exploração dos sentidos, a criação e abstração, favorecendo o desenvolvimento pleno das crianças, contudo, se faz necessário refletir que os problemas para uma educação de qualidade não têm um fim somente na oferta de espaços, para que isso ocorra ou melhore é necessária contribuição de todos e tudo em conjunto: pais, professores e crianças; município, estado e federação; escola, casa e comunidade; investimento financeiro, prática e responsabilidade.

Palavras-chave: Educação Infantil. ProInfância. Projeto arquitetônico. Organização dos espaços e ambientes.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 01	Quadro 70 – Comparação entre a Região Nordeste e o Parecer CAQUi	29
Figura 02	Quadro 71 Comparação entre os valores estimados pelo CAQi para a educação básica e os valores aplicados pelo fundo – em reais	29

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Recorte Censo Escolar da Educação Básica (2010/2011)	30
Tabela 02	Detalhamento dos municípios	33

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAQi	Custo Aluno Qualidade Inicial
DCNEI	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil
FUNDEF	Fundo de Manutenção de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LDB	Leis de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação e da Cultura
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAR	Plano de Ações Articuladas
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
ProInfância	Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil
SIMEC	Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 O PROINFÂNCIA: ASPECTOS LEGAIS, CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL E PROJETO ARQUITETÔNICO.....	17
3 A ORGANIZAÇÃO DOS AMBIENTES DE APRENDIZAGENS	36
4 CONCLUSÃO	51
REFERÊNCIAS.....	54
ANEXO 1 Projeto arquitetônico ProInfância tipo B.....	57
ANEXO 2 Projeto arquitetônico ProInfância tipo C.....	58
ANEXO 3 Condições mínimas para a construção de escolas do ProInfância ...	59
ANEXO 4 Projeto assessoramento e acompanhamento pedagógico aos municípios que aderiram ao ProInfância no Estado da Bahia – MEC/UFBA	61

1 INTRODUÇÃO

A história da educação Infantil no Brasil é marcada a princípio pelo assistencialismo como forma de cuidado das crianças, depois pela filantropia, quando as câmaras municipais resolvem pagar às intuições para que cuidassem dessas crianças.

Com a expansão do capitalismo e urbanismo, surgiram as creches, instituições criadas pelos chefes, principalmente industriais, que visavam o lucro, queriam e dependiam da mão-de-obra dessas mulheres, então criaram esses lugares que cuidavam das filhas das operárias enquanto elas trabalham e rendiam dinheiro.

Até chegar à mudança de filantropia para educação, até a criação e oferta de lugares adequados para que as crianças estudassem e não ficassem o dia todo sem fazer nada, só comendo e sendo asseadas (quando eram), até a mudança da visão de criança como objeto ou ser passivo, dominado, frágil e dependente, foi muita história, muita luta, muito enfrentamento. Até a concepção de que para mudar era preciso união de todos pais, instituições de ensino e governo, mais ainda, criação de políticas públicas, programas, projetos, documentos que legalizassem a Educação Infantil como primeira etapa da educação básica, etapa fundamental e base do desenvolvimento das crianças, demorou muito, não foi e não é fácil até hoje.

Nos dias atuais como avanço nesta área e parte das políticas públicas para a Educação Infantil, temos o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil, desenvolvido pelo Ministério de Educação (MEC), parte das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) órgão do Governo Federal.

O Programa tem como objetivo prestar assistência financeira e pedagógica para a construção reforma e equipamento de creches e pré-escola ao Distrito federal e outros municípios, visando uma melhoria na oferta e qualidade de educação para a área da Educação Infantil, além de garantir o acesso das crianças às creches e pré-escolas públicas.

Além da construção, reforma e equipamento dessas instituições, o MEC oferece apoio pedagógico, através de assessorias, aos municípios contemplados pelo programa em todos os estados envolvidos com o mesmo. Essa assessoria acontece por intermédio de consultores contratados pelo MEC.

O programa vem ofertar vagas, possibilitando o acesso de crianças de 0 a 5 anos as creches e pré-escolas, se preocupando em oferecer uma educação de qualidade, por isso se preocupa com a parte estrutural, física das mesmas, bem como com as práticas que ali acontecerão. Dentro dessas práticas existe o cuidado com a organização dos espaços e ambientes, podendo estes contribuir ou dificultar as atividades que ali acontecerão.

Por conta da minha futura vida profissional na área de Educação Infantil e reconhecendo a importância do mesmo para a qualidade da minha prática e desenvolvimento das crianças, considere necessário estudar e entender a organização de ambientes de aprendizagens nessa etapa da Educação Básica.

A minha necessidade de investigar sobre o tema apareceu a partir do momento que passei a fazer parte do programa aqui no estado da Bahia e do meu envolvimento com a educação infantil como estudante do curso de pedagogia, em refletir a importância da criação de espaços planejados, já adaptados às atuais concepções de educação infantil, acompanhando os avanços desta área, quando a realidade é a baixa oferta de educação e de qualidade para esta etapa, visto às condições de trabalho, infra-estrutura e práticas precárias em sua grande maioria quando ofertada.

Com essa pesquisa podemos mostrar o avanço da educação infantil no Brasil e mais ainda no estado da Bahia, que é um dos estados com maior índice de crianças fora da escola, além de conscientizar os profissionais desta área sobre a importância de ter um espaço planejado e organizado para o desenvolvimento das nossas crianças e proporcionar à Educação Infantil maior visibilidade, tirando-a daquele lugar minoritário, menos importante e desacreditado ao qual lhe colocaram durante todos esses tempos.

Frente a essas questões, meu problema de pesquisa é: como o projeto arquitetônico do ProInfância proposto pelo FNDE/MEC possibilita a organização de

espaços e ambientes para o desenvolvimento da criança de 0 a 5 anos conforme prevê as DCNEI (Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil)?

A presente pesquisa tem como objetivo geral, analisar como o projeto arquitetônico do ProInfância proposto pelo FNDE/MEC possibilita a organização de espaços e ambientes para o desenvolvimento da criança de 0 à 5 anos conforme prevê as DCNEI (Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil).

Os objetivos específicos escolhidos foram: o entendimento do programa ProInfância seu surgimento, contribuição no desenvolvimento das crianças e organização dos espaços; realização de um levantamento bibliográfico sobre a organização de espaços e ambientes de aprendizagens da educação infantil e documentos legais, identificando na legislação as orientações para os espaços e ambientes de Educação Infantil, compreendendo essa a organização e sua importância para o desenvolvimento das crianças.

Nesta pesquisa utilizei materiais de autores nacionais como: Maria Carmem Barbosa (2001), Maria da Graça Souza Horn (2001, 2004), Lenira Haddad (2011), estrangeiro como: Miguel de A. Zabalza (1998), além de sites e documentos legais destes como: Ministério da Educação (MEC) e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), além de revista Educação (2011) e outros materiais de sites.

A escolha destes autores foi feita a partir da identificação com as suas ideias e argumentos, e dos sites e revistas por serem conceituados, bem como conter materiais e documentos legais que fazem parte da história desta etapa, definindo-a, legalizando-a e norteando-a.

Como base teórica, trago as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010) é este documento que norteará este trabalho, ele orienta as práticas pedagógicas nas instituições de educação infantil junto as crianças de 0 a 5 anos, visando o desenvolvimento das mesmas. O Plano de Desenvolvimento da Educação e Plano Nacional de Educação (2013). O Projeto arquitetônico (Memorial descritivo do projeto do Proinfância) (2013), trazendo as orientações para a sua construção física, indo das paredes e cores à organização dos ambientes. Os Parâmetros Básicos de Infra-estrutura para Instituições de Educação Infantil (2006), traz as descrições dos espaços que devem fazer parte de uma Instituição de Educação Infantil, dando algumas sugestões do que é necessário conter neles .

As autoras Maria Carmen Barbosa (2001), Maria da Graça Souza Horn (2001, 2004), Lenira Haddad (2011), Lina Iglesias Forneiro no livro de Miguel Zabalza (1998), trazem as discussões acerca da organização dos espaços e ambientes nesta etapa, algumas conceituando e diferenciando os termos “espaço e ambiente”, outras dando sugestões de como poderia estar organizado e acontecer, por exemplo: em cantos temáticos e sendo organizados por todos, tanto crianças como adultos; trazem também a discussão sobre a importância de se planejar e transformar este espaço, mostrando que tem implicância direta no andamento das atividades e principalmente desenvolvimento das crianças.

Quando falamos em educação infantil, percebemos que na academia muito já foi e vem sendo pesquisado sobre a importância do brincar, do jogo nessa modalidade, o que é criança, o que é infância, enquanto que outros temas também importantes e fundamentais passam despercebidos ou tem muito pouco de pesquisa já desenvolvida. Pensando por esse ângulo e na importância de ter pesquisas fundamentadas acerca do tema, além das minhas inquietações, resolvi por meio da pesquisa bibliográfica, pesquisar sobre o tema.

Por meio dos documentos já existentes sobre o assunto, para a coleta e interpretação de dados, como metodologia utilizarei a pesquisa bibliográfica, que “levanta o conhecimento disponível na área, possibilitando que o pesquisador conheça as teorias produzidas, analisando-as e avaliando sua contribuição para compreender ou explicar o seu problema objeto de investigação” (MALHEIROS, 2010) e pesquisa documental, que levanta dados “restritos a documentos, escritos ou não, [...] podendo estes serem feitos no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois”. (LAKATOS e MARCONI, 2010, p. 157).

A tradição da pesquisa bibliográfica é pesquisar em materiais impressos, como: livros, revistas, artigos científicos, porém atualmente outras fontes de investigação veem sendo consideradas, como afirma Gil (2010, p.29):

A pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. Todavia, em virtude da disseminação de novos formatos de informação, estas pesquisas passaram a incluir outros tipos de fontes, como discos, fitas magnéticas, CDs, bem como material disponibilizado pela internet.

Já na pesquisa documental, a fonte principal de coleta de dados encontra-se nos documentos, que têm em si finalidades diversas, sendo estes: documentos institucionais, cartas, diários, folders, leis, projetos, decretos, que assim como na pesquisa bibliográfica, atualmente expandem-se à internet. “A modalidade mais comum de documento é a constituída por um texto escrito em papel, mas estão se tornando cada vez mais frequentes os documentos eletrônicos. O conceito de documento, por sua vez, é bastante amplo, já que este pode ser constituído por qualquer objeto capaz de comprovar algum fato ou acontecimento”. (GIL, 2010, p. 31).

Os dois tipos de pesquisa aqui utilizados, podem confundir alguns leitores por apresentarem semelhanças, porém segundo GIL (2010), recomenda-se algumas características para diferenciar as duas, quando o material utilizado for interno à organização, ela é documental, já quando o material for produzido para o público e leitura externa é bibliográfica. A documental é elaborada para diversos fins, enquanto a bibliográfica para público e propósito específicos.

Segundo Lakatos e Marconi (2010), a pesquisa bibliográfica não é uma repetição do que já existe sobre determinado assunto, é a possibilidade de chegar a conclusões inovadoras, a partir de novas reflexões e olhares sobre o que já foi escrito.

Gil (2010, p.30), nos alerta a vantagem de fazer uma pesquisa bibliográfica:

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. Por exemplo, seria impossível a um pesquisador percorrer todo o território brasileiro em busca de dados sobre população ou renda per capita; todavia, se tem a sua disposição uma bibliografia adequada, não terá maiores obstáculos para contar com as informações requeridas.

Para a referida pesquisa os tipos de fontes bibliográficas que utilizei foram: livros de autores que abordam o assunto, artigos científicos, revistas, materiais encontrados em sites conceituados como MEC e FNDE, bem como análise de documentos relacionados ao projeto arquitetônico do programa ProInfância, projetos, leis e pareceres. Esses estudos e análises foram feitos, num período de três meses, de Maio à Agosto de 2013.

A pesquisa está estruturada em quatro capítulos, sendo este o primeiro deles. O segundo capítulo, *O ProInfância: aspectos legais, concepções de educação infantil e projeto arquitetônico*, traz um pouco da história da educação infantil até se afirmar como primeira etapa da educação básica com a ajuda da criação das políticas públicas, sendo uma delas o ProInfância, onde o mesmo será definido desde a sua criação, até os dias atuais, trazendo seu projeto arquitetônico, indicando a sua importância e contribuição para esta etapa.

O terceiro capítulo, *A organização dos espaços e ambientes de aprendizagens*, discute a organização dos espaços e ambientes na construção desses espaços, conceituando-o e dialogando com os autores, na perspectiva da melhora da oferta dessa educação, além da disseminação no conhecimento no que diz respeito à este tema/assunto.

O quarto e último capítulo, as *considerações finais*, apresenta as conclusões da pesquisa e pertinência das informações.

Por fim, tentarei de forma clara abordar o tema que me propus pesquisar, na tentativa de alcançar os objetivos aqui propostos, respondendo à minha questão de estudo, no intuito de oferecer um bom material de leitura e pesquisa, contribuindo de alguma forma com a Educação Infantil. Boa leitura!

2 O PROINFÂNCIA: ASPECTOS LEGAIS, CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL E PROJETO ARQUITETÔNICO

A última década do Brasil foi de intensas mudanças no cenário brasileiro/nacional, a começar pela mudança de gestão do país, com a escolha do novo presidente. No que tange à educação, não foi diferente, esta passou por muitas mudanças em suas políticas públicas e marcos legais, principalmente no que diz respeito à Educação Infantil. Mudanças essas significativas, baseadas numa história de lutas e conquistas, conquistas cada vez mais frequentes, na tentativa do fortalecimento e melhora da oferta de educação dessa modalidade.

As mudanças começam pela troca do nome e prioridades do órgão que financia a educação em 2006, passando a valorizar a Educação Infantil. Com a mudança do Fundo de Manutenção de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), o fundo deixa de financiar somente o ensino fundamental e passa a investir também nas outras modalidades (Educação Infantil, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos), dando assim um impulso no avanço da Educação Infantil.

Em 14 de abril de 2007, a nova gestão, tendo Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) como Presidente, cria o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) aprovado também pelo MEC, com objetivo de melhorar a educação do país no prazo de quinze anos, se preocupando com todas as etapas da educação básica, indo da Educação Infantil ao Ensino Médio, criando programas, cujas ações são desenvolvidas conjuntamente entre o município, estado e união, como também pais, alunos e comunidade, para que seu objetivo seja alcançado. Segundo Silva (199?), “o PDE está sustentado em seis pilares: visão sistêmica da educação, territorialidade, desenvolvimento, regime de colaboração, responsabilização e mobilização social”.

Suas ações tentam abranger tudo o que pode influenciar na educação, indo da qualidade à alfabetização, formação de professores, educação especial e inclusão digital. Algumas ações do PDE são: Índice de Qualidade da Educação, Transporte Escolar, incentivo a leitura com Gosto de Ler e Biblioteca na Escola,

alfabetização com o Brasil Alfabetizado, piso salarial com o Piso do Magistério, Educação Superior, Formação, Educação Profissional, construção de creches e pré-escolas com o ProInfância, Saúde nas Escolas, atenção aos alunos com algum tipo de deficiência com a Educação Especial e Salas Multifuncionais, apoio à tecnologia nas escolas com a Inclusão Digital, entre outras ações e programas. (PDE, 2013)

Em 2008, o Governo Federal criou a Lei 11.738/08, lei do piso salarial do magistério para os professores da educação infantil, que estipula aos professores desta etapa um piso mínimo salarial. Aos professores com carga horária de 40 horas semanais o valor do piso mínimo é de R\$ 1.567,00 (janeiro/2013), aos de carga horária de 20 horas semanais esse valor é dividido pela metade, reconhecendo e valorizando a profissão do professor, equiparando os salários dos trabalhadores de diferentes estados e municípios, firmando um laço maior entre os municípios e a união, além da melhora da qualidade da educação oferecida, uma vez que terão um tempo para se dedicarem ao planejamento de suas aulas. “Os professores de Educação Infantil passaram a ter direito a um plano de carreira e a todas as conquistas da categoria”. (Brasil, 2009a, p.8).

Outra conquista para Educação Infantil, mais precisamente para as crianças de 4 e 5 anos, dessa vez um avanço no marco legal, foi a aprovação da Emenda Constitucional nº 59 de 2009, esta estabelece ensino obrigatório e gratuito dos 04 aos 17 anos de idade, incluindo as crianças de 4 e 5 anos nessa oferta de educação pública, tendo o prazo para se firmar até 2016.

O Plano Nacional de Educação (PNE, parte das ações dos PDE, é um projeto de lei, que tem como objetivo a criação de metas e objetivos para a regularização do ensino no país até 2020, abrangendo toda a educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), este é composto por 20 metas educacionais encontrando-se em tramitação no Congresso Nacional, ou seja, o sistema educacional permanece ainda sem o PNE. No que se refere à educação infantil, temos como primeira meta do PNE a universalização da pré-escola, no atendimento de crianças de 4 a 5 anos e atendimento da demanda das crianças de 0 a 3 anos, sendo este segundo a maior dificuldade desta etapa.

Meta 1: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de quatro e cinco anos, e ampliar, até 2020, a oferta de educação infantil de forma a atender a cinquenta por cento da população de até três anos. (BRASIL, 2010, p. 04)

Como quinta estratégia da meta 1, temos o cuidado com o ensino da educação infantil, quando se preocupa com a formação inicial e continuada do professor desta modalidade. Segundo o PNE, é preciso “fomentar a formação inicial e continuada de profissionais do magistério para a educação”. (BRASIL, 2010, p.4).

Em 2009 mais uma conquista foi alcançada, também explicitada no PDE, foi criada a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, que tem como objetivo colaborar na formação inicial e continuada dos professores da educação básica da rede pública.

A história da Educação Infantil vem sendo construída a mais de vinte anos, podendo ser vistas nas políticas públicas e documentos legais, organização, ações e conquistas dos movimentos sociais e pesquisas acadêmicas de diversas áreas. Todos estes contribuíram (e ainda contribuem) para que a Educação Infantil se tornasse uma etapa da educação, tendo seus direitos afirmados legalmente.

A princípio quis trazer os avanços somente da última década, mas ao estudar diversos materiais, dentre eles, os Subsídios para Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, documento que tem como objetivo subsidiar a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, encomendado pelo Conselho Nacional de Educação, percebi que não posso deixar de citar alguns documentos elaborados pelo MEC que buscam a melhoria da Educação Infantil em seus vários âmbitos.

Entendendo que muitos dos objetivos das militâncias para esta etapa foram consolidados a partir de políticas geradas pelo MEC e CNE, das ações dos movimentos sociais e produções, não só acadêmicas, mas também do MEC, peço licença para citar algumas delas referentes à década de noventa (90).

Em 1993, o MEC escreveu pela primeira vez uma *Política Nacional de Educação Infantil*. Em 1995, elaborou o documento *Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças*. Em 1998, publicou o documento *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*, sendo este composto de três volumes, contendo recomendações para as práticas pedagógicas. Em 1999, o CNE instituiu as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*, consolidando naquele momento a discussão em torno da importância da

qualidade da Educação Infantil como claro requisito para o cumprimento do direito das crianças. (BRASIL, 2009a).

Agora, os documentos elaborados e publicados na última década. Em 2006, o MEC publica o documento *Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação* que visa orientar os municípios a investirem na Educação Infantil como política pública. Ainda em 2006, publicou os *Parâmetros Nacionais de Infra-estrutura para Instituições de Educação Infantil* para auxiliar as instituições de ensino em adaptações, reformas e construções de espaços dessa etapa. Também em 2006, *Os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil*, mostrando avanço no consenso dos vários pontos de vistas e contendo elementos que esboçariam as atuais Diretrizes. (BRASIL, 2009a).

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), a Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica que deve funcionar em espaços não domésticos, com a ajuda de profissionais formados em pedagogia, atendendo, cuidando e educando crianças de 0 a 5 anos de idade em creches e pré-escolas, objetivando o desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo, social e psicológico da criança, em comunhão com a família e a comunidade ao qual a criança pertence.

Essa concepção de educação infantil como primeira etapa da educação básica é uma definição atual, conquistada após muitos anos de lutas e descompromisso por parte do poder público. Porém, ainda nos dias de hoje, a concepção de educação infantil como primeira etapa da educação básica, com espaços, profissionais e faixa etária específica e definida se encontra perdida em alguns ambientes e práticas educacionais. Em tempos atrás, a concepção de criança, infância e educação infantil se diferenciava dessa. As crianças eram desrespeitadas e desprovidas dos seus direitos, como veremos a seguir.

Sabemos que é histórico os poucos olhares e os cuidados que se voltam à educação infantil são poucos. Na antiguidade as crianças eram vistas como fruto do pecado, por isso eram castigadas por todos, sofrendo abandonos e maus tratos. O cuidado, a atenção e a preocupação para com as mesmas não existiam, trabalhavam como adultos, chegando muitas vezes à trabalhar na guerra em substituição aos soldados que morriam. Não havia preocupação com a alimentação, saúde, higiene e tampouco estudo. Eram tão desrespeitadas que até as suas roupas

eram miniaturas das roupas dos adultos, assim como os brinquedos (para os filhos dos ricos, quando passaram a ter) eram imitações dos acessórios dos adultos, como armas, por exemplo. (CARVALHO; RUBIATO, 2012, p.10)

Na Europa Medieval surgiram às primeiras instituições voltadas às crianças, a roda dos expostos, ou dos enjeitados, essa, por sua vez, de caráter assistencialista, surgia para apagar as vergonhas da época, como: mães solteiras, adultérios e etc. A prioridade dessa instituição não era cuidar das crianças, mas sim resolver problemas da sociedade e impedir os cristãos de “ferir” a sua religião com possíveis abortos. Podemos afirmar que esse atendimento não era competente já que muitas dessas crianças não chegavam à fase adulta. (CARVALHO; RUBIATO, 2012, p.10)

Com a Revolução Industrial e expansão do capitalismo a sociedade da época é modificada, principalmente a organização das famílias pobres. Muitas dessas famílias migraram do campo para a cidade, se instalando lá para vender sua mão-de-obra às indústrias. Com isso, as mulheres passaram a trabalhar fora de casa, sendo muitas destas mães, ficando muitas horas no trabalho por dia, se afastavam dos seus filhos, o que fez com que muitas procurassem um lugar para deixá-los enquanto trabalham para ajudar no sustento da casa. (CARVALHO; RUBIATO, 2012, p.10)

Segundo Carvalho; Rubiato (2012) passaram então a deixar suas crianças com as “fazedoras de anjos”, mulheres que cuidavam dos pequenos, porém em lugares precários de higiene e alimentação, o que levava muitas a morte, daí a origem do nome delas. Surge então a necessidade de criar lugares para abrigar os filhos das operárias.

Muitas crianças continuavam sendo mal tratadas, jogadas pelas ruas, deixadas nas esquinas ou até mesmo nas portas de famílias, vistas como objetos descartáveis. Algumas pessoas recolhiam essas crianças das ruas, algumas no intuito de esconder as “feiuras”, outras por caridade, outras por filantropia e tinham também as que pensavam em futura mão-de-obra, o que era aclamado pelos nobres burgueses.

Atendendo aos chefes, senhores e movimentos, principalmente feministas, em 1844 foi criada em Paris a primeira creche que atendia aos filhos das operárias,

chamado de manjedoura, o que assemelhava as crianças aos animais e assim era, pois os “cuidados” lá oferecidos não supriam nem as necessidades básicas dos pequenos, quanto mais diversão, carinho, educação, proteção, segurança, entre outros cuidados essenciais para o desenvolvimento de uma criança. (CARVALHO; RUBIATO, 2012, p.09)

Ainda no século XIX surgem na Alemanha os jardins de infância, criados por Frederick Fröebel, que relacionava o nome de sua criação ao desabrochar da infância, tornando-se então um marco para a primeira infância, por cuidar e considerar as especificidades desta etapa, que a princípio foi criada para as crianças pobres e depois oferecida somente às de famílias ricas. Depois de Fröebel vieram outras que se preocupavam com a infância, como: Maria Montessori e McMillan.

As instituições de educação da criança pequena estão em estreita relação com as questões que dizem respeito à história da infância, da família, da população, da urbanização do trabalho e das relações de produção, etc. (KUHLMANN, 1998, p. 16).

O assistencialismo no Brasil, passou a existir com a implementação da Roda dos Expostos aqui, ideia exportada de Portugal, onde as instituições de amparo as crianças prestavam assistência às mesmas, se preocupando o com a saúde e higiene, porém de forma muito precária.

No Brasil, após a sua Independência começaram surgir às instituições de caráter filantrópico, onde depois de aprovada a Lei dos municípios, o Império permitiu, na verdade oficializou, que a Roda dos Expostos funcionassem nas Santas Casas de misericórdia sem a necessária autorização do Imperador, assim todas as cidades que tinham essas instituições tinham a prestar assistência aos enjeitados. (MARCÍLIO, 2006, apud CARVALHO; RUBIATO, 2012, p. 16)

As mães de leite eram pagas pelas câmaras para amamentar e cuidar dessas crianças abandonadas, com isso as câmaras municipais passavam toda a responsabilidade desses cuidados às Santas Casas de Misericórdia, tirando de si todo o compromisso com as crianças. Modificando o caráter assistencialista, para filantrópico, já que os “cuidados” agora passavam a ser pagos. (MARCÍLIO, 2006, apud CARVALHO; RUBIATO, 2012, p. 17)

Assim, segundo Marcílio (2006, p.53, apud Carvalho; Rubiato, 2012), como as instituições que prestavam esse tipo de “serviço” permaneceram aqui durante

muito tempo, praticamente um século e meio, até metade do século XX, os avanços em relação à educação infância aconteceram de forma tardia.

Neste século XX, com a expansão do capitalismo, urbanização e suas transformações também na sociedade brasileira, nasce a ideia de infância no Brasil. Aparece a necessidade de criar locais para deixar os filhos dos trabalhadores das fábricas, já que até as mulheres passam à trabalhar fora de casa nas indústrias, sem ter um lugar para deixar suas crianças. Assim como na Europa, pensando “qualidade” dos serviços prestados por essas, visando o lucro, os chefes, donos das fábricas, criam lugares, mais conhecidos como depósitos de crianças, para os filhos das operárias. Com o tempo e ideias europeias, esses lugares transformaram-se em creches, atendendo somente os pobres, sem nenhum caráter educativo.

É neste século que passa-se a pensar nas crianças, suas especificidades e direitos, ainda que a princípio fomentando a segregação social, pois diferenciava e oferecia creches para as crianças pobres e os jardins de infância para as crianças de famílias abastadas. Segundo Kuhlmann (1998, p. 83):

Embora houvesse referências a implantação de jardins-de-infância para atender a pobreza, elas não encontravam o menor eco em iniciativas concretas [...]. Nota-se, a utilização do termo pedagógico como uma estratégia de propaganda mercadológica para atrair as famílias abastadas, como uma atribuição do Jardim-de-infância para os ricos, que não poderia ser confundido com os asilos e creches para os pobres.

Com a intenção de melhorar a condição da educação infantil, começam a surgir algumas políticas públicas, como o primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, contribuindo na mudança da concepção da mesma, sendo este muito importante para atendimento às crianças no Brasil, pedindo ajuda às autoridades que governavam este país, como afirmam. (CARVALHO; RUBIATO, 2012, p. 18).

Na defesa desses direitos, aparecem outras políticas como: a Legião Brasileira de Assistência (LBA) em 70, que tinha como objetivo manter crianças de baixa renda nas creches e pré-escolas. Na década de 80 a Constituição Federal de 88, de fundamental importância para a Educação Infantil, quando afirma que a educação é um direito de todos e dever do estado e da família, sendo assim a criança passa a ter esse direito estabelecido pela lei.

Em 1980, a Convenção dos Direitos para a Criança visava à proteção da criança e do adolescente contra agressões, apoiando a ideia destes como sujeitos

de direitos “à vida, a liberdade, a segurança, obrigação dos pais, comunidade e estado”. Segundo o documento Convenção sobre os Direitos da Criança (2004, p.3):

Proclamaram e acordaram em que toda a pessoa humana pode invocar os direitos e liberdades aqui enunciados, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, nascimento ou de qualquer outra situação;

Em 1990, o Estatuto da criança e do Adolescente, incluindo a criança do mundo dos Direitos Humanos, “Neste instrumento legal, as crianças são reconhecidas como pessoas em condições peculiares de desenvolvimento (diferentes dos adultos), sendo-lhes garantidos direitos e cidadania”. (BRASIL, 2009a, p.27).

E em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), define a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica, tornando-a da criança de zero a cinco anos de idade e reafirma o dever dos municípios e do estado na oferta de qualidade na educação. Valoriza também o trabalho do professor de educação infantil quando exige formação em “nível superior, admitindo-se, como formação mínima, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal”:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal. (BRASIL, 1996)

Com isso, a educação infantil tende a deixar o caráter assistencialista para assumir o educacional. Cuidar e Educar passam a ser características regentes desta etapa, asseguradas nos documentos, porém é bem verdade que ainda hoje essas duas características (cuidar x educar) se confundam em algumas Instituições, marcas de uma história severa, deixadas pela ausência de políticas e descaso do governo, ocasionando em falta de planejamento, escassez de oferta e infraestrutura. Podemos ver um dos registros no documento Subsídio para as Diretrizes Curriculares para a Educação Básica, (2009, p. 17):

A indissociabilidade entre educar e cuidar se vincula aos direitos. Nesse sentido, os pesquisadores estabelecem consensos quanto à educação e aos cuidados das crianças pequenas entendendo que cuidar é acolher a criança, encorajar suas descobertas, criação e imaginação; respeitar a brincadeira; ouvir as crianças em suas necessidades, desejos e

inquietações; apoiar as crianças em seus desafios; interagir com elas, reconhecendo-se como fonte de informação, carinho e afeto.

É necessário continuar na luta por políticas, documentos e práticas que fortaleçam esta etapa até chegarmos ao ideal ou próximo a ele, com o apoio do governo em seus vários âmbitos, com criação de programas e investimentos financeiros, que ultrapassem a esfera municipal, alcançando a estadual e federal, num trabalho conjunto. Com a oferta de vagas e ajuda financeira, já resolvemos uma parte do problema, que hoje é o responsável por ter na educação infantil índices baixíssimos de crianças, deixando muitas de fora desta etapa que contribui para o seu desenvolvimento.

Ainda dentro das políticas públicas do MEC, temos com um dos seus programas o ProInfância, que se preocupa com a parte física-estrutural da educação, visando a construção, reforma e equipamento de creches e pré-escolas, objetivando um equilíbrio e melhora dos déficits encontrados na oferta da educação infantil. Esse programa é citado na terceira estratégia da primeira meta do Plano Nacional de Educação, quando fala que é preciso “manter e aprofundar programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para a rede escolar pública de educação infantil, voltado à expansão e à melhoria da rede física de creches e pré-escolas públicas”. (BRASIL, 2010, p.4)

ProInfância é um Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil, desenvolvido pelo Ministério de Educação (MEC), parte das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) órgão do Governo Federal, que tem por objetivo prestar assistência financeira e pedagógica para a construção, reforma e equipamento de creches e pré-escola ao Distrito Federal e outros municípios, visando uma melhoria na oferta e qualidade de educação para a área da Educação Infantil, além de garantir o acesso das crianças às creches e pré-escolas públicas.

Foi criado em 2007, a partir da Resolução de nº 06 de 24 de Abril, que “estabelece as orientações e diretrizes para execução e assistência financeira suplementar ao Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil – PROINFÂNCIA”. (BRASIL, 2007).

Em 2007 e 2008 investiu mais na construção das escolas. Em 2009 repassou e utilizou os recursos conseguidos através dos convênios, para equipar as escolas que tinham suas construções praticamente finalizadas. Em 2010 foram construídas mais creches e pré-escolas, além de equipadas e mobiliadas, com a ajuda das verbas disponibilizadas pelo FNDE. Em 2011 passa a fazer parte da segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC 2, iniciado no governo da atual presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, que prevê a construção de mais de 6 mil creches e pré-escolas para crianças de 0 à 5 anos, com previsão de serem construídas 1.500 a cada ano do seu mandato que durará 4 anos.

É possível perceber que o programa tem um olhar voltado à Educação Infantil, respeitando e obedecendo a LDB (Lei de Diretrizes e Bases Nacionais da Educação) de 9394/96, alterada pela lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Esta regulamenta a Educação Infantil quando fortalece o direito à educação e afirma que a mesma deve ser gratuita às crianças de até 05 anos de idade, estabelecendo que a pré-escola é dos 4 aos 5 anos e não de 0 à 6 anos como estava antes, definindo carga horária, avaliação, número de dias letivos, dentre outros.

O governo federal disponibiliza dois tipos de projetos arquitetônicos, são projetos padrão, para a construção das creches e pré-escolas, o tipo B e o tipo C. O tipo B é maior, tem capacidade para 120 crianças até 5 anos em período integral e 240 em cada turno parcial (matutino e vespertino). O tipo C reduz para a metade da do tipo B, tem capacidade para 60 crianças em tempo integral e 120 crianças em turno parcial (FNDE, 2008).

Em janeiro deste ano o FNDE disponibilizou uma nova tabela, com as medidas e padrão desejado para a construção das creches e pré-escolas. No projeto tipo B de área construída é pedida 1.211,92 m², medidas mínimas do terreno 40m x 70m, pode ser dividida em quatro blocos (pedagógico (com 8 salas de aula), administrativo, de serviços, multiuso) e 2 pátios (coberto e descoberto), descrevendo estes espaços temos: hall de entrada, recepção, secretaria, diretoria, sala dos professores, almoxarifado, sanitários, sala do servidor, telefonia, elétrica, multiuso, sala de aula, pátio coberto, pátio descoberto, cozinha, despensa, copa, castelo d'água, lactário, lavanderia, estacionamento, serviço descoberto (Anexo 1).

No projeto tipo C de área construída é pedida 564,47 m², medidas mínimas do terreno 35m x 45m, dividindo em blocos também temos quatro, sendo que no pedagógico ao invés de oito salas de aula, são quatro e um pátio (coberto). Se for

descrever estes espaços, teremos: administração, almoxarifado, professores, sanitários, creches, solário, repouso, fraldário, pátio coberto, refeitório, multiuso, copa, lactário, vestiários, lavanderia, despensa, cozinha, castelo d'água (Anexo 2).

Existe também uma relação para os interessados em sua inserção no programa, que cita as condições mínimas para que estas construções sejam liberadas e aconteçam, analisando questões populacionais, educacionais e sociais (Anexo 3), como citam Flores e Mello (2012, p.08):

Ao analisar as políticas de financiamento da União e as responsabilidades governamentais da educação básica Farenzena (2010), ao focar o Proinfância como uma das políticas de Educação Básica com transferência de recursos da União para os municípios, considera que, diferente de outras políticas como Brasil Alfabetizado, PNAE, PDDE, FUNDEB, PNATE, o Proinfância não tem como critério para distribuição de recursos o número de matrículas, mas, sim, tem como critério a condição populacional, educacional e social dos municípios a serem beneficiados.

Para aderir ao programa os municípios interessados têm que informar essa necessidade em seu Plano de Ações Articuladas (PAR) e entregar virtualmente os documentos pedidos ao SIMEC (Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação), além das disponibilidades, demandas, relatórios e plantas exigidas na relação de condições mínimas. Sendo estes documentos os seguintes:

- Relatório de vistoria de terreno (padrão FNDE);
- Relatório fotográfico;
- Planta de localização do terreno mostrando a posição do lote em relação ao entorno imediato e população a ser atendida pela escola (ex. foto aérea, foto de satélite, mapa da cidade, etc.);
- Planta de situação do terreno onde seja possível verificar as dimensões do lote, ruas, confrontações limítrofes e norte magnético;
- Levantamento planialtimético do terreno com curvas de nível indicadas de metro em metro, e perfis topográficos (no mínimo dois: transversal e longitudinal) do terreno;
- Planta de locação da obra indicando acessos, afastamentos do prédio em relação às divisas, indicação das ligações de água, energia elétrica e esgoto (se houver) entre o prédio e a rede pública, cotas de níveis dos blocos, acessos, paisagismo e demais elementos necessários à compreensão da proposta (preferencialmente na escala 1:100 ou 1:75);
- Planilha orçamentária do projeto padrão preenchida com custos praticados no mercado;
- Cronograma físico-financeiro da obra;
- Laudo de compatibilidade do projeto de fundações, em consonância com a carga de resistência do solo em que será implantada a escola, conforme modelo padrão, assinado por profissional habilitado;
- Declaração de responsabilidade pelo fornecimento de infraestrutura básica – água, energia e esgoto – bem como declaração de responsabilidade pela terraplanagem necessária para a implantação;

- Estudo de demanda, embasado em dados oficiais, que comprove a necessidade de construção de escola de ensino infantil na região definida (bairro, setor, conjunto habitacional, etc), levando-se em consideração o número de crianças de 0 a 5 anos residentes no local, a infraestrutura existente e a quantidade de crianças sem atendimento. O documento deverá ser assinado pelo(a) secretário(a) municipal de Educação;
- Declaração de dominialidade do terreno assinado pelo prefeito municipal, conforme modelo padrão. (FNDE, 2013a)

Além da questão da distribuição da quantidade de crianças nas creches de acordo com o tipo de cada uma, e dos outros pré-requisitos para que a construção seja liberada, há também uma grande exigência e preocupação com a questão da acessibilidade. As construções têm que priorizar a acessibilidade para as crianças com deficiência, possibilitando a todos locomoção, descobertas e desenvolvimento nesses espaços.

As escolas construídas ou reformadas no âmbito do programa deverão priorizar a acessibilidade, fazendo as adequações necessárias a fim de permitir seu uso por portadores de necessidades especiais, criando e sinalizando rotas acessíveis, ligando os ambientes de uso pedagógico, administrativo, recreativo, esportivo e de alimentação (salas de aula, fraldários, bibliotecas, salas de leitura, salas de informática, sanitários, recreio coberto, refeitório, secretaria etc.). Para tanto, deve-se considerar as orientações da Norma NBR 9050 da ABNT. (FNDE, 2013)

Essa preocupação com a educação especial, quando se refere à acessibilidade, desde a educação infantil mostra novamente a adequação do programa e das obras com a constituição e leis, e o comprometimento com uma educação de qualidade, uma vez que atende e prioriza mais um dos direitos conquistados e registrados na LDBEN, além da importância da adequação dos espaços de aprendizagem aos alunos e suas necessidades para que de fato ocorra a inclusão e não somente a integração. Para que a inclusão aconteça, o espaço, os materiais e as pessoas têm que se adaptar às crianças com deficiência e não o contrário. (FNDE, 2008)

A distribuição dos equipamentos, e principalmente a construção de creches, se deu de acordo com quem tinha o maior déficit de escolas para crianças na faixa etária de 0 à 5 anos, por isso o Nordeste teve prioridade nessa distribuição. Ele é a segunda região em nível de quantidade de crianças, perdendo somente para o Sudeste, porém em escolas construídas é o mais precário, precisando então de uma maior “atenção” do programa.

Existe um marco que busca oferecer uma educação de qualidade para a Educação básica, o Parecer Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi), “referência para a construção da matriz de Padrões Mínimos de Qualidade para a Educação Básica Pública no Brasil” (PARECER CNE/CEB Nº: 8/2010, p.2). No documento Iniciativa global pelas crianças fora da escola, numa comparação feita entre a Região Nordeste e o parecer CAQi, é possível perceber que o estabelecido pelo parecer não é condizente com o que é ofertado na realidade.

Figura 01 Quadro 70 – Comparação entre a Região Nordeste e o Parecer CAQI

QUADRO 70 - Comparação entre a Região Nordeste e o Parecer CAQi			
Etapa e modalidade	Pesquisa Undime (A) (R\$)	Parecer CAQi (B) (R\$)	Diferença (A/B) (%)
Creche	1.876,89	6.450,70	29,1%
Pré-Escola	1.531,56	2.527,76	60,6%
Séries iniciais EF	1.948,80	2.396,44	81,3%
Séries finais EF	2.276,16	2.347,20	97%

Fonte: Parecer CAQi, 2010

Talvez esse déficit de escolas para crianças se dê pela má distribuição do dinheiro que financia esta etapa, por parte do órgão competente à isso, pois em outro quadro comparativo do valor estimado pelo CAQi para a Educação Básica e o oferecido em reais pelo FUNDEB é possível perceber que os valores ofertados estão muito distante do apreciado, tendo impacto direto na qualidade da educação.

Figura 02 Quadro 71 Comparação entre os valores estimados pelo CAQi para a educação básica e os valores aplicados pelo fundo – em reais

QUADRO 71 - Comparação entre os valores estimados pelo CAQi para a Educação Básica e os valores aplicados pelo Fundeb – em reais			
Etapa Educação Básica	Valores previstos pelo CAQi (2008)	Fundeb (2008)	Δ CAQi – Fundeb
Creche	5.943,60	1.251,00	+4.692,60
Pré-Escola	2.301,24	1.024,00	+1.277,24
Ensino Fundamental – Anos iniciais	2.194,56	1.137,00	+1.057,56
Ensino Fundamental – Anos finais	2.148,84	1.251,00	+933,84
Ensino Médio	2.209,80	1.365,00	+844,80
Ensino Fundamental – Educação do Campo – Anos iniciais	3.627,12	1.194,00	+2.433,12
Ensino Fundamental – Educação do Campo – Anos finais	2.773,68	1.308,00	+1.465,68

Fonte: Parecer CAQi, 2010

Sabemos que para termos uma educação de qualidade, não podemos nos restringir apenas às questões financeiras da mesma, porém sabemos também que ela impulsiona e torna possível outras questões, como: criação de espaços públicos para que essa educação aconteça, formação de professores, formação continuada, alimentação, entre outras coisas e no documento Iniciativa global pelas crianças fora da escola isto é citado:

Embora a melhoria da educação envolva mais questões além da ampliação dos recursos financeiros destinados à área, sem um financiamento apropriado não é possível estabelecer as bases necessárias para caminhar nesse sentido, que incluem remuneração decente e formação continuada aos professores das redes públicas, infraestrutura adequada nas escolas, ampliação no número de vagas, entre outras ações. Por isso, é necessário implantar políticas de gastos públicos para a educação que elevem o investimento no setor e aprimorem a gestão dos recursos disponíveis. (ACESSO, 2012, p. 66)

Com o ProInfância está sendo possível a expansão da criação desses espaços públicos de aprendizagens e ampliação do acesso à Educação Infantil para as crianças em vários municípios de todos os estados do Brasil. É possível perceber esse crescimento observando os Censos Escolares da Educação Básica feitos nos últimos anos, disponível no site do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). Segue abaixo uma tabela com uma pequena demonstração:

Tabela 01 Recorte Censo Escolar da Educação Básica (2010/2011)

Unidades da Federação Municípios Dependência Administrativa	Matrícula inicial			
	Ensino regular			
	Educação Infantil			
BRASIL	2010		2011	
	Creche	Pré-escola	Creche	Pré-escola
	Parcial	Integral	Parcial	Integral

Estadual Urbana	1.815	4.869	2.589	4.883
Estadual Rural	340	110	256	58
Municipal Urbana	398.905	818.508	433.681	891.987
Municipal Rural	88.317	34.107	94.097	34.945
Estadual e Municipal	489.377	857.594	530.623	931.873

Fonte: Adaptador de Censo escolar, 2011. Disponível em: <<<http://portal.inep.gov.br/basica-censo>>. Acesso em 11 jun.2013.

No que se refere à esfera municipal é perceptível o aumento do número de matrícula tanto na zona urbana, o que é mais frequente existir, como na zona rural. De 2010 para 2011, nas creches e pré-escolas urbanas, tivemos um aumento do número de matrículas, na primeira de 34.776, na segunda de 73.478 novas matrículas. Na zona rural de um ano para o outro, na creche tivemos 5,78 e na pré-escola, 0,83. Podemos perceber que na zona urbana o número de matrículas na pré-escola é maior que na creche, acontecendo o inverso na zona rural.

Uma pesquisa feita no Rio Grande aponta que o ProInfância repercute positivamente na Região Sul do país, uma vez que “detectou” mediante estudos feitos em cinco municípios diferentes (Porto Alegre, Caxias do Sul, Canoas, Gravataí e Pelotas) que em municípios com alta densidade populacional, ainda que reduzido o impacto mediante a grande necessidade de vagas, uma vez que muitas crianças ainda encontram-se fora das escolas, e em outro estudo realizado, dessa vez com apenas 3 municípios de baixa densidade populacional, cujo os nomes não foram citados por se tratar de uma pesquisa ainda em andamento, verificou-se que o impacto é positivo, suprimindo em 80% a demanda de vagas, mostrando que de fato o programa amplia a oferta de novas vagas. (FLORES; MELLO, 2012, p. 10)

Além da oferta de vagas, financiamento para construção, compra de mobiliários e equipamentos para as unidades, o MEC oferece uma assessoria aos municípios conveniados com apoio pedagógico aos mesmos. O MEC contrata consultores por meio de editais para fazer o acompanhamento dos municípios contemplados e fortalecimento na formulação e implementação das políticas

municipais de educação infantil, e descentraliza recursos para as universidades federais da Bahia, Rio Grande do Sul e Santa Maria. Aqui na Bahia essa assessoria leva o nome de “Assessoramento e acompanhamento pedagógico aos municípios contemplados pelo ProInfância no estado da Bahia”. Como integrante deste programa no estado da Bahia, trarei algumas informações sobre o mesmo.

Seu objetivo é assessorar pedagogicamente os municípios que aderiram ao programa na estruturação e organização das unidades do ProInfância de cada município, além de realizar diagnóstico sobre a Educação Infantil e suas principais necessidades para que o assessoramento seja construído e posto em prática a partir dessas demandas, visitas de acompanhamento da organização e estruturação das obras das unidades nos diversos municípios. (PROINFÂNCIA BAHIA, 2013)

Temos também como objetivos, formação continuada dos professores e gestores para a construção de uma proposta pedagógica que vá funcionar nas demais unidades, tendo como base as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil e por fim contribuir para o fortalecimento das políticas públicas em Educação Infantil e da pesquisa nessa mesma área, na Faculdade de Educação da UFBA, visto as necessidades e lacunas encontradas ao longo dos anos na faculdade e principalmente no curso de Pedagogia, da Universidade Federal da Bahia (UFBA). (PROINFÂNCIA BAHIA, 2013)

Até Julho desse ano participam do Projeto 243 municípios contemplados no Estado da Bahia. Esses são divididos por polos, sendo ao todo 10: Polo 1 – Irecê, Polo 2 – Salvador, Polo 3 - Euclides da Cunha, Polo 4 – Amargosa, Polo 5 – Ilhéus, Polo 6 - Vitória da Conquista, Polo 7 - Senhor do Bonfim, Polo 8 - Baixa Grande, Polo 9 – Caetité e Polo 10 - Morro do Chapéu. Temos 5 coordenadoras responsáveis cada uma por 2 polos, acompanhadas cada por uma estagiária, que dá um suporte no eventos e reuniões, além da equipe fixa em Salvador à qual eu faço parte, responsável pela parte administrativa, lidando diretamente com a Coordenação geral e adjunta do programa. (PROINFÂNCIA BAHIA, 2013)

Os polos são constituídos pelos municípios eleitos à polos e municípios próximos à esse polo. A seguir podemos ver a distribuição e quantidade de municípios por polos. Em anexo (anexo 4) segue o detalhamento dos municípios constituintes dos polos.

Tabela 2 Detalhamento dos municípios

Municípios Polos	Nº de municípios
1. Irecê	22
2. Salvador	30
3. Euclides da Cunha	27
4. Amargosa	27
5. Ilhéus	35
6. Vitória da Conquista	28

Fonte: PROINFÂNCIA BAHIA, 2013

Tabela 2 Detalhamento dos municípios

Municípios Polos	Nº de municípios
7. Senhor do Bonfim	13
8. Baixa Grande	19
9. Caetité	31
10. Morro do Chapéu	12
Total de municípios	244

Fonte: PROINFÂNCIA BAHIA, 2013

Temos previsto para acontecer três reuniões técnicas internas, com a equipe formadora e estagiárias do ProInfância, duas reuniões técnicas com os municípios, onde são apresentadas informações do programa, estudos e discussões da legislação e documentos legais, três encontros de formação, onde uma professora formadora terá encontros com eles para alinhar questões da elaboração da proposta pedagógica das creches e pré-escolas dos municípios participantes do programa, além das suas práticas após os encontros e dois encontros estaduais também com o municípios, o primeiro em Abril e o segundo em Outubro, onde todos se reúnem num grande encontro para discutir temas que surgem com as necessidades do municípios pertinentes à Educação Infantil.

Dessa pesquisa, diante de algumas ações, para ser mais precisa 3 (diagnóstico, formação, publicação e divulgação), estão previstos alguns resultados, que trataremos como produtos: documento analítico da situação da educação infantil nos municípios contemplados, documento orientador para a elaboração de uma proposta pedagógica, realização do IV encontro estadual de educação infantil e um livro contendo os relatos, as experiências da pesquisa e uma análise dos resultados do projeto.

Ação 1 – Diagnóstico: Documento analítico contendo Diagnóstico da Educação Infantil em municípios baianos contemplados pelo ProInfância;

Ação 2 – Formação: Documento contendo orientações para a estrutura e funcionamento das instituições de Educação Infantil à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil utilizado na formação continuada;

Ação 3 – Publicação e divulgação: Realização do IV Encontro Estadual de Educação Infantil e Publicação de um livro contendo metodologia e cronograma do processo de assessoramento, relato de experiências e análise dos resultados do projeto. (PROINFÂNCIA BAHIA, 2013)

O projeto tem previsão na Bahia a princípio para 1 ano, podendo se estender de acordo com os rumos tomados e as necessidades que surgirem nesse período.

Para uma educação de qualidade temos que ir muito além dos aspectos econômicos e físicos, além da oferta de vagas com a construção de creches e pré-escolas, e a formação de professores, é necessário a articulação dos municípios, estados e união, como também pais, professores alunos e comunidade, e principalmente saber trabalhar com o que temos.

Concluo dizendo que a prática reflete muito da nossa concepção e assim é também na organização dos ambientes que trabalhamos, onde oferecemos essa educação. No próximo capítulo falaremos sobre a organização dos ambientes e espaços de aprendizagens da educação infantil, sua importância e reflexos no desenvolvimento das crianças.

3 A ORGANIZAÇÃO DOS AMBIENTES DE APRENDIZAGENS

Como vimos no capítulo anterior, a história da educação infantil é marcada pelo caráter assistencialista, higienista e pelas péssimas condições de trabalho dos profissionais que atuam nesta etapa. Somente após muitas lutas, pesquisas e estudos, é que foram sendo criadas políticas públicas para o reconhecimento da importância desta etapa e para incluí-la como primeira etapa da educação básica, formalizando, assim, o seu caráter educacional.

É muito comum ao visitarmos instituições de Educação Infantil percebermos um lugar nada convidativo ou pouco estimulante, sem colorido, sem sons, com cadeiras enfileiradas onde as atividades se desenvolvem de forma individual, limitando as interações entre as crianças, ou melhor, um lugar onde exige-se o silêncio, onde as crianças ficam sentadas em suas cadeiras olhando para a mesa do professor e a lousa, tendo como figura central o professor-(a).

Normalmente, esses lugares, “fechados” e controlados pelo adulto, não possibilitam os movimentos livres, não permitem a socialização das crianças entre si e entre a criança e o professor, pois este mantém-se distante, com uma postura superior. Tem a criança como uma tábula rasa, mero receptora de informações, desconsiderando as suas produções e principalmente as suas especificidades.

A estrutura das salas, a organização dos móveis, mobiliários, brinquedos, enfim, tudo o que compõe aquele ambiente reflete a nossa concepção de criança, de infância, de educação infantil e do currículo naquela instituição. O ambiente sempre nos diz algo, ele nunca é neutro, e tem influência direta no desenvolvimento e formação dos que habitarão aquele lugar, por isso temos que ter cuidado e atenção na organização do ambiente constituinte da primeira etapa formativa da criança e planejamento de atividades. Horn (2004, p. 61) escreve que:

As escolas de educação infantil têm na organização dos ambientes uma parte importante de sua proposta pedagógica. Ela traduz as concepções de criança, de educação, de ensino e aprendizagem, bem como uma visão de mundo e de ser humano do educador que atua nesse cenário. Portanto, qualquer professor tem, na realidade, uma concepção pedagógica explicitada no modo como planeja suas aulas, na maneira como se relaciona com as crianças, na forma como organiza seus espaços na sala de aula.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil surgem para ajudar a compor o documento que norteará as práticas cotidianas das instituições de educação infantil. As DCNEI vêm para orientar, ajudar na construção da elaboração e execução da proposta pedagógica da educação infantil. O currículo é um importante componente dentro das escolas, é ele quem vai guiar as práticas dos professores, devendo ter como objetivo principal o desenvolvimento das crianças em suas várias vertentes, por isso é importante a participação de todos em sua construção, educadores, pais, comunidade e funcionários da instituição. As DCNEI afirmam que a criança deve ser o centro de seu planejamento e em seu artigo terceiro diz que deve-se unir os conhecimentos e experiências da criança com os conhecimentos do mundo, como podemos perceber abaixo:

Art. 3º O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade. (BRASIL, 2009, p. 01).

O currículo na educação infantil deve priorizar interações e brincadeiras, como diz as DCNEI, quando toma-os como eixos norteadores. O que a criança traz de casa, traz como conhecimento próprio e deve ser utilizado na construção desse documento, respeitando a cultura lúdica dela. Segundo Kishimoto (2013, p.11), no currículo devemos “garantir o direito ao brincar, vivenciar e construir a identidade pessoal e coletiva, imaginar, aprender, observar, narrar, questionar, construir sentidos sobre a natureza e a cultura, experimentar e ter acesso à tecnologia.”

Segundo Fornero (1998 apud Zabalza, 1998, p. 236) o próprio espaço físico e os elementos que formam o ambiente têm si conteúdos de aprendizagens, educativos. O professor não deve se conformar com o espaço que lhe é dado, deve transformá-lo, de modo que o torne seu, criando um ambiente necessário e propício ao desenvolvimento da criança. O espaço é e tem de ser visto como estrutura de oportunidades e contexto de aprendizagens e de significados. A autora diz que o espaço apareceu como componente curricular após a “a tomada de posse” deste pelos professores e descreve em três etapas o avanço dessa tomada de consciência: espaço como algo dado, que não pode ser transformado por parte do professor, como o lugar onde se ensina; Espaço como componente instrumental e

elemento facilitador, o professor o altera da forma que achar melhor para um bom desenvolvimento das suas atividades; Espaço como variável básica do projeto formativo, como fator de aprendizagem. Ou seja, com o tempo ele deixa de ser um simples facilitador que não pode ser personalizado e se torna projeto formativo e fator estimulante da atividade. (FORNERO, 1998 apud ZABALZA, 1998, p. 236)

Para Wallon (1989); Vygotsky (1984) apud Horn (2004) dois estudiosos que discutem a importância do meio para o desenvolvimento infantil, afirmam que o meio social é um fator crucial no desenvolvimento dos indivíduos. Segundo eles, o ser humano é biologicamente social desde o seu nascimento. A criança para crescer e se desenvolver precisa de um mediador, sendo seu pai, sua mãe ou a pessoa que cuidará da mesma, responsável pela interação do bebê com o mundo. Ela é quem vai lhe apresentar e mediar o seu desenvolvimento, possibilitando o seu crescimento, logo o meio tem um papel importante e fundamental, assim como as pessoas. (HORN, 2004, p. 16)

Os espaços oferecidos às crianças devem ser acolhedores, respeitando suas especificidades, sua história, seu cotidiano, de modo que influenciem positivamente as descobertas e interações das crianças. Horn (2004, p. 16) nos diz que “os espaços destinados às crianças pequenas deverão ser desafiadores e acolhedores, pois, conseqüentemente, proporcionarão interações entre elas e delas com os adultos”.

Fornero (1998) conceitua espaço e ambiente, diz que embora sejam muito parecidos, indissociáveis e complementares, eles se diferenciam, enquanto um é específico o outro é mais abrangente. Os espaços são os lugares criados dentro dos ambientes, já o ambiente inclui os espaços, bem como as relações e sentimentos, na verdade é contexto onde as coisas acontecem. (FORNERO 1998 apud HADDAD; HORN, 2001, p. 45)

O termo espaço refere-se aos locais onde as atividades são realizadas e caracterizam-se por conter objetos, móveis, materiais didáticos e decorativos. Por seu turno, o termo ambiente diz respeito ao conjunto desse espaço físico e as relações que se estabelecem nele, as quais envolvem os afetos e as relações interpessoais das pessoas envolvidas no processo – adultos e crianças. (FORNERO 1998 apud HADDAD; HORN, 2001, p. 45)

Numa tentativa de melhor explicá-los para um entendimento mais claro do leitor, Fornero conceitua, espaço e ambiente, trazendo em espaço uma citação de Cano e Lledó (1990), como veremos a baixo:

Atualmente, por espaço ou meio escolar – iremos referir-nos indistintamente a uma ou outra denominação – não se considera somente o meio físico ou material, mas também as interações que se produzem nesse meio. São consideradas, então, a organização e a disposição espacial, as relações estabelecidas entre os elementos da sua estrutura – dimensões e proporções, forma, localização, qualidade do material, etc. – e, também as pautas de conduta que nele são desenvolvidas, o tipo de relações que as pessoas com os objetos, os papéis que se estabelecem, os critérios que prevalecem, as atividades que procuram, etc. (CANO E LLEDÓ, p. 9-10 APUD FORNERO 1998 APUD ZABALZA, 1998, p.233)

O termo ambiente é procedente do latim e faz referência “*ao que cerca ou envolve*”. Também pode ter a acepção de “*circunstâncias que cercam as pessoas ou as coisas*”. De um modo mais amplo, poderíamos definir o ambiente como um todo indissociável de objetos, odores, formas, cores, sons e pessoas que habitam e se relacionam dentro de uma estrutura física determinada que contém tudo e que, ao mesmo tempo, é contida por todos esses elementos que pulsam dentro dele como se tivessem vida. Por isso, dizemos que o ambiente “fala”, transmite-nos sensações, mas nunca nos deixa indiferentes. (FORNERO, 1998 apud ZABALZA, 1998, p.233)

Ainda no que diz respeito ao ambiente, Forneiro (1998 apud Zabalza, 1998) entende que o mesmo se estrutura em quatro dimensões, sendo elas: física, funcional, temporal e relacional. A dimensão física *refere-se* ao espaço físico, condições estruturais, objetos do espaço, distribuição do mobiliário e materiais dele. A dimensão funcional *relaciona-se* à como utilizamos o espaço, tipos de atividades que serão feitas nele e suas várias formas de uso. A dimensão temporal *refere-se* à como utilizamos o tempo para uso de diferentes espaços, por exemplo, e a dimensão relacional diz respeito aos mais variados tipos de relações estabelecidas nos espaços.

A organização do ambiente e dos espaços é de fundamental importância, pois estes deverão contribuir para o desenvolvimento motor, afetivo, cognitivo e social das crianças, possibilitando uma interação entre os integrantes daquele ambiente, tanto com as pessoas, como com as coisas. Essas interações possibilitam aprendizagens sociais, identificações, consciência da personalidade, despertando emoções e sentimentos, criando pontes para o imaginar, o brincar, para a construção de ideias, de imagens, de personagens. Os espaços devem ser criados e planejados de maneira que possibilite a produção de conhecimento, que ensinem para o desenvolvimento do ser em sua plenitude.

É importante a arrumação dos móveis, dos brinquedos, das cores, das “paredes” que formam as divisões dos espaços, assim como a criação de espaços livres que permitam o movimento corporal e desenvolvimento muscular. Deve permitir à criança engatinhar, rolar, correr, pular, brincar, oferecer possibilidades às crianças de fazerem, seja do lugar aonde quer ficar ou das atividades que quer fazer, descaracterizando a ideia de espaços estáticos.

As crianças devem ser livres para fazer as escolhas e se relacionarem umas com as outras, com os objetos ou com os espaços sob o olhar atento das professoras, de modo que as mesmas não limitem ou tirem a autonomia da criança, mas que não seja tão permissiva a ponto não enxergar ou possibilitar o acontecimento de brigas, agressões, quedas, batidas e etc e colocar em risco a segurança das crianças.

Outra preocupação com a saúde e a segurança das crianças deve ser expressada no cuidado com a higiene, como lavar as mãos, escovar os dentes ou tomar banho; com a oferta de uma alimentação saudável e zelo com as alergias; assim como atenção aos horários dos remédios para aquelas crianças que estão tomando alguma medicação. “As práticas cotidianas precisam assegurar a prevenção de acidentes, os cuidados com a higiene e uma alimentação saudável, condições para um bom desenvolvimento infantil [...]”. (BRASIL, 2009, p. 48).

A arrumação dos móveis e a escolha dos materiais e equipamentos também contribuem nesse cuidado com a segurança, assim como proteção aos pontos de perigos da instituição, como tomadas elétricas, botijão de gás e materiais de limpeza fora do alcance das crianças, escolhas dos móveis com quinas arredondadas, do tamanho da criança, espelhos seguros e tudo mais o que for compor o ambiente.

O mobiliário também merece uma atenção em sua escolha e compra, pois o mesmo irá inferir diretamente na segurança das crianças. É preciso ter nesses espaços móveis seguros, firmes e fortes, apropriados à idade, força e peso dos que os usarão, como por exemplo: base firme, sem quinas ou pontas. Segundo o Manual do ProInfância Tipo B e C (BRASIL, 2013, p.2):

Na escolha destes materiais, devem ser considerados os seguintes tópicos:

- Qualidade técnica: Considera-se a eficiência com que o produto executa sua função, a facilidade de manutenção e limpeza entre outros fatores;

- Qualidade ergonômica: Inclui a facilidade de manuseio, a adaptação antropométrica, o fornecimento claro de informações, as compatibilidades de movimentos e demais itens de conforto e segurança;
- Qualidade estética: Envolve a combinação de formas, cores, uso de materiais, textura para que os produtos sejam visivelmente agradáveis e outros.

É imperativo criar espaços que possibilitem as visões, tanto das crianças como dos professores responsáveis pelas crianças, sem criar a ideia de uma figura central, comandando o espaço e as crianças. Para Horn (2004, p. 16),

“à medida que o adulto, nesse caso o parceiro mais experiente, alia-se a um espaço que promova a descentralização de sua figura e que incentive as iniciativas infantis, abrem-se grandes possibilidades de aprendizagens sem a sua intermediação direta”.

Ainda na questão da oferta de ambientes aconchegantes, livres e interacionistas, as DCNEI falam que as instituições de educação infantil devem colocar em prática os objetivos previstos em suas propostas pedagógicas, permitindo um trabalho coletivo e a organização dos ambientes e materiais de forma que, assegurem deslocamentos e movimentos amplos das crianças nos espaços internos e externos às salas de referências da instituição.

As DCNEI trazem além da interação, a brincadeira como eixo norteador da proposta curricular. A brincadeira é outro fator importante, podemos dizer prioritário e enriquecedor na aprendizagem dessas crianças, fundamental na construção da identidade delas. A brincadeira ajuda na interação das crianças com elas mesmas, como o adulto, com os brinquedos e com o ambiente. Permite à criança criar, inventar, abstrair, se expressar, trocar experiências, aprendizados, resolver e enfrentar conflitos, além de oportunizar o uso do corpo, que possibilita a ela “falar” e passar por cada coisa dessa citada anteriormente. Ela usa o corpo para tocar, para fazer caretas, para experimentar tudo o que a brincadeira pode oferecer.

Para que a brincadeira aconteça de fato e para que ela aconteça com qualidade, é necessário pensar, planejar e construir os espaços, bem como ofertar materiais e equipamentos, como podemos ver abaixo:

Para ampliar a qualidade do brincar, é essencial pensar nos acessórios que compõem a diversidade dos temas das brincadeiras, organizar o cenário, distribuir no tempo e no espaço, as áreas de experiências lúdicas das crianças e propiciar constantes interações (entre crianças e entre adulto e crianças). (KISHIMOTO, 2013, p. 4).

A construção do ambiente deve ser coletiva, construída tanto pelo professor como pela criança, de forma que possa ser reconstruído, reinventado, dando espaço às novas vivências e experiências de acordo com as atividades que ali acontecerão, visando a possibilidade de imprevistos e replanejamento das atividades planejadas. Esses espaços deverão se modificar de acordo com as necessidades. O planejamento das atividades deve ser baseado nessa organização do espaço e do tempo. O ambiente e a prática devem ser um aliado do professor, de forma que descentralize a sua figura na sala, favorecendo as “iniciativas infantis”, como afirma Horn, (2004, p. 16):

À medida que adulto, nesse caso o parceiro mais experiente, alia-se a um espaço que promova descentralização de sua figura e que incentive as iniciativas infantis, abrem-se grandes possibilidades de aprendizagens sem sua intermediação direta.

O tempo está atrelado ao espaço, os dois trabalham em conjunto. Quando pensamos em organizar os ambientes e os espaços, devemos pensar em organizar também o tempo, o tempo de brincar, o tempo de repousar, o tempo de tomar banho, o tempo de comer, tendo como meta sempre o desenvolvimento da criança. Quando planejamos as atividades, a rotina de uma turma, devemos conhecê-la, de modo a considerar a sua história, cultura e principalmente as suas necessidades. Barbosa; Horn (2001, p.67) afirmam isso, dizendo:

Organizar o cotidiano das crianças da Educação Infantil pressupõe pensar que o estabelecimento de uma sequência básica de atividades diárias é, antes de mais nada, o resultado da leitura que fazemos do nosso grupo de crianças, a partir, principalmente, de suas necessidades. É importante que o educador observe o que as crianças brincam, como estas brincadeiras se desenvolvem, o que mais gostam de fazer, em que espaços preferem ficar, o que lhes chama mais atenção, em que momentos do dia estão mais tranquilos ou mais agitados. Este conhecimento é fundamental para que a estruturação espaço-temporal tenha significado. Ao lado disto, também é importante considerar o contexto sociocultural no qual se insere e a proposta pedagógica da instituição, que deverão lhe dar suporte.

Ainda no que diz respeito às práticas pedagógicas, as DCNEI declaram que necessitamos nos preocupar com as interações, as condições de trabalho nesses espaços, a organização do mesmo e dos materiais componentes deste, assim como o respeito e a valorização às outras culturas e etnias, como citado abaixo:

As propostas pedagógicas das instituições de educação Infantil deverão prever condições para o trabalho coletivo e para a organização de materiais, espaços e tempos [...] O reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação. (Brasil, 2010, p. 21).

Devo ressaltar que não é só o ambiente interno que deve ser organizado e planejado, mas também o externo, pois ele é constituinte da Instituição, do desenvolvimento da criança e também educam. Ele também deverá constar na proposta e no planejamento das aulas, inclusive devendo este ser explorado e contemplado. Os corredores, a cozinha, o refeitório, os banheiros, os pátios, o parquinho e todos os outros que compõem os ambientes da instituição.

Nos materiais estudados, vi que as autoras mencionam (BARBOSA; HORN, 2001; HORN, 2004 e NONO, 2001) a organização em zonas circunscritas, isto é, nos famosos cantinhos, tendo a sensibilidade de perceber os espaços em que se encontra e se cabe ali organizar o ambiente desta maneira, tendo o cuidado de não superlotar a sala e impossibilitar que outras atividades aconteçam ali por falta de espaço, sendo possível, deve-se então organizá-lo de acordo com a faixa etária das crianças, tendo o cuidado de planejá-los e reorganizá-los de acordo com a referência das crianças. Segundo Nono (2011, p.101):

Quando as crianças brincam nas zonas circunscritas, ficam mais tempo interagindo com outras crianças e com a atividade que está sendo ali realizada. Solicitam menos a atenção do educador que, dessa forma, pode acompanhar o desenvolvimento das diversas crianças, focalizando ora uma, ora outra, se desejar, observando se os materiais oferecidos estão atendendo aos objetivos que deseja alcançar em termos de desenvolvimento de cada criança, em particular, e do grupo todo, de modo geral, percebendo o momento de reorganizar ou modificar os cantos propostos para motivar mais as crianças e proporcionar a elas novas aprendizagens.

O ambiente é montado num todo, a preocupação vai do chão às laterais e tetos. No chão pensa-se em tapetes e esteiras; nas laterais, biombos, pequenas estantes, ou caixas que formem uma estante e no teto, móveis, bolas, bambolês. Segundo Horn (2004, p.17-18)

É importante termos consciência de que as crianças, passando por diferentes estágios de desenvolvimento, terão, por conseguinte, necessidades diversas também em relação ao meio no qual estão inseridas. [...] Portanto, enquanto para os pequenos da creche e o maternal as áreas onde podem correr, saltar, rolar são fundamentais, para os maiores que já

frequentam os níveis A e B, esse espaço talvez seja reduzido, dando lugar a outras atividades, como pintar, desenhar, brincar de faz-de-conta e de fazer barraca.

Todos estes ambientes e espaços têm de ser organizados de forma que permita à visão de todos e adaptados às necessidades das crianças pequenas, assim como às crianças com deficiência. Assim como também oferecer ambientes e espaços que se relacionem e se assemelhem com a sua realidade, vida e casa, para depois, a partir do seu desenvolvimento e de suas construções, crianças e adultos irem modificando-o e reconstruindo-o.

De acordo com Craidy; Kaercher (2001), a prática de organizar os ambientes em espaços, cantos semiabertos, tem sido uma prática bem sucedida nas instituições de Educação Infantil, podendo dividi-los em cantos fixos, estáveis que não se modificam, como: casas de bonecas, canto da fantasia, canto da garagem, canto da leitura; e cantos alternativos podendo estes serem modificados e variar de acordo com a vontade e interesse das crianças e espaço físico, como: canto da música, canto do supermercado, canto do cabeleireiro, canto do museu, canto da luz e da sombra, entre outros.

Além de buscarmos um ambiente que desperte curiosidade, emoções e sentidos, que estimule o corpo, o movimento e as interações, que seja desafiador, acolhedor e prazeroso, que venha a desenvolver competências, promover identidade e construir aprendizagens, devemos pensar que o mundo, o dia-a-dia tem sabores (diferentes comidas e bebidas), sons (músicas, apitos, móveis, voz da mãe, voz do pai), movimentos (chega e sai, dorme e acorda, senta e levanta), cores (preto, branco, azul, amarelo, claro, escuro), toques (o contato com as diversas pessoas), palavras (conversas, balbucios), assim tem que ser o ambiente escolar, diverso. Craidy; Kaercher (2001, p. 73) dizem que, “ao pensarmos no espaço para as crianças devemos levar em consideração que o ambiente é composto por gosto, toque, sons e palavras, regras de uso de espaço, luzes, cores, odores, móveis, equipamentos e ritmos de vida”.

Pensando nos ambientes físicos, espaços e materiais das instituições de educação infantil que respeitem as singularidades, as especificidades, necessidades da criança, que se preocupem em oferecer de fato um espaço acolhedor, de

desenvolvimento e aprendizagens, os Indicadores de Qualidade na Educação Infantil (BRASIL, 2009, p.50) sugerem:

Espaços internos limpos, bem iluminados e arejados, com visão ampla do exterior, seguros e aconchegantes, revelam a importância conferida às múltiplas necessidades das crianças e dos adultos que com elas trabalham; espaços externos bem cuidados, com jardim e áreas para brincadeiras e jogos, indicam a atenção ao contato com a natureza e à necessidade das crianças de correr, pular, jogar bola, brincar com areia e água, entre outras atividades. [...] Mobiliário planejado para o tamanho de bebês e de crianças pequenas, [...] arrumando os espaços de forma a incentivar a autonomia infantil. [...] Brinquedos adequados à sua idade e ao seu alcance sempre que estão acordados. [...] Estímulos visuais de cores e formas variadas.

Nos espaços internos, pensando no que se dispõe nele em termos materiais, concretos, as crianças terão contato com os móveis, os brinquedos, os equipamentos e objetos da sala. Já no externo, além de ter contato com os brinquedos produzidos pelo homem, pelo adulto, terão contato com as coisas da natureza, como: água, areia, plantas, flores, pedras, o que permitirá a criança criar seus próprios brinquedos e brincadeiras. Então é necessário que tenhamos a consciência de que estes dois espaços se complementam, juntos contribuem para a aprendizagem das crianças, logo ambos devem ser planejados e explorados.

Falamos do ambiente interno e externo, da proposta pedagógica e das atividades que deverão acontecer naqueles ambientes e espaços, devendo estas ser adaptadas às crianças, suas necessidades e espaço, porém para que tudo isso exista é necessário que tenhamos a instituição, o espaço físico construído.

Do ponto de vista arquitetônico, vemos claramente a divergência dos projetos arquitetônicos com os projetos pedagógicos. A parte física também é constituinte dos ambientes de aprendizagens e importante fator para que as práticas se realizem. A construção da instituição deve ser pensada do ponto de vista infantil, do ponto de vista da criança, levando em consideração as características históricas, sociais e políticas da região onde ela será construída. Nono (2011, p. 102) discorre sobre isso, citando a matéria da revista *Pátio*, na qual Paulo de Camargo entrevista três arquitetos (as), que falam da relação arquitetônica e pedagógica para construção de instituições de Educação Infantil:

Os arquitetos entrevistados, Paulo Sophia, esclarece que, para conceber uma escola, tenta se colocar no lugar da criança, procurando notar como ela irá olhar ou perceber o espaço. Para esse arquiteto, as crianças têm uma relação própria com o espaço, bastante diferente daquela dos adultos.

Outra arquiteta entrevista por Paulo de Camargo é Ana Beatriz Goulart de Faria, envolvida com diversos projetos de arquitetura educativa. Ana Beatriz observa que na maioria dos municípios brasileiros, os espaços de Educação Infantil seguem modelos-padrão elaborados muito longe daqueles territórios, desconsiderando sua geografia, sua história, sua cultura, suas políticas para a infância. Para ela, “São projetos-modelo elaborados para uma infância sem fala” (CAMARGO, 2008, p. 46 apud NONO, 2011, p. 102).

Paulo de Camargo também entrevista a arquiteta Adriana Freyberger, segundo a qual é preciso que se dê mais atenção aos espaços da escola de Educação Infantil que vão além da sala de atividades. Pátios e refeitórios devem ser cuidadosamente organizados, já que são espaços de aprendizagem. (CAMARGO, 2008, p. 46 apud NONO, 2011, p. 102).

O espaço físico tem regras de construção e organização para o seu funcionamento. De acordo com os Parâmetros Básicos de Infra-estrutura para Instituições de Educação Infantil (BRASIL, 2006, p.7):

A construção de uma unidade de Educação Infantil demanda planejamento e envolve os estudos de viabilidade, a definição das características ambientais e a elaboração do projeto arquitetônico, incluindo o projeto executivo, o detalhamento técnico e as especificações de materiais e acabamentos.

A instituição deve atender a todos os integrantes de forma igualitária, oferecendo aconchego e conforto, permitindo a acessibilidade, adaptando os espaços, móveis, equipamentos, materiais às pessoas com e sem deficiência que participem daquele ambiente, incluindo aí o conceito de escola inclusiva e a inda que não tenha, a escola deve ser acessível do mesmo jeito. Nos Parâmetros Básicos de Infra-estrutura para Instituições de Educação Infantil isto também é assegurado

Dentre as necessidades dos usuários, destaca-se o conceito de escola inclusiva, isto é, ambientes planejados para assegurar acessibilidade universal, na qual autonomia e segurança são garantidas às pessoas com necessidades especiais, sejam elas crianças, professores, funcionários ou membros da comunidade. (Brasil, 2006, p.7).

A acessibilidade é definida no artigo 80 do Decreto Federal nº 5.296, de 2 de Dezembro de 2004, da seguinte maneira:

Condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Os Parâmetros Básicos de Infra-estrutura para Instituições de Educação Infantil afirmam que para uma educação de qualidade, “promotora de aventuras, descobertas, criatividade desafios, aprendizagens, e que facilite a interação criança-

criança, criança-adulto e deles com o meio ambiente” (Brasil, 2006, p.7) , o espaço físico destinado à Educação Infantil deve ter, de acordo com a sua estrutura, os seguintes espaços:

- Espaço para crianças de 0 a 1 anos;
 - Sala de repouso;
 - Sala para atividades;
 - Fraldário;
 - Lactário;
 - Solário.
- I. Salas de atividades para crianças de 1 a 6 anos;
- II. Sala multiuso;
 - Cantos para leitura;
 - Brincadeiras;
 - Jogos;
 - Biblioteca;
 - sala de televisão;
 - Vídeo ou DVD e som.
- III. Área administrativa;
 - Recepção;
 - Secretaria;
 - Almoxarifado;
 - sala de professores;
 - Sala de direção e coordenação.
- IV. Banheiros;
- V. Pátio coberto;
- VI. Áreas necessárias ao serviço de alimentação;
 - Recepção;
 - Estocagem de alimentos;
 - Limpeza de utensílios;
 - Registro de dados;
 - Áreas básicas
 - Cozinha;
 - Despensa;
 - Refeitório.
- VII. Lavanderia;
- VIII. Área de serviços gerais;
- IX. Depósito de lixo;
- X Área externa. (Brasil, 2006, p.7)

O Programa do MEC o ProInfância, que visa a construção, reforma e equipamento de creches nos municípios das regiões do Brasil, foi pensado objetivando melhorar a oferta da educação infantil, oferecendo uma educação de qualidade, visto à realidade precária e desmazelado que esta etapa vive. Quando criado, se baseou nos referenciais e ideias de criança como um sujeito histórico-social, de direitos, que tanto recebe quanto promove cultura, que tanto aprende, quanto ensina, sujeito ativo que nas interações vai produzindo sua identidade. Se preocupou também em criar um espaço no qual as crianças pudessem se desenvolver, entendendo a importância do espaço e ambiente para isso. Refletindo

que para esse desenvolvimento é necessário planejamento e estudos que considerem as diversidades existentes em nosso país e todos os fatores que possam influenciar direta ou indiretamente nisso, como podemos ver:

A reflexão sobre as necessidades de desenvolvimento da criança (físico, psicológico, intelectual e social) demanda de planejamento e envolve estudos que levam em consideração as grandes diversidades existentes do nosso país que além das características ambientais, condições geográficas e climáticas, deve levar em conta também a densidade demográfica, recursos socioeconômicos e contexto cultural das regiões a fim de formular os espaços/lugares destinados à Educação Infantil, sempre pensando em aliar a adequação dos ambientes internos e externos – arranjo espacial, volumetria, materiais, cores e texturas – com as práticas pedagógicas, a cultura, o desenvolvimento infantil, envolvendo o conceito de ambientes inclusivos. (Memorial descritivo projeto tipo C). (BRASIL, 2013, p. 04).

Ao pensar que esse espaço será preenchido por crianças, necessitando estas não só de cuidado e atenção, como também de educação para o seu desenvolvimento físico, cognitivo, social e criativo, por se tratar de um espaço escolar, para a construção dessas instituições de educação, pensou-se numa infra-estrutura que aliada às propostas pedagógicas, alcançassem esses objetivos, por isso foi preciso listar alguns critérios:

- Independência e liberdade de acesso às várias dependências da creche;
- Segurança física restringindo o acesso da criança desacompanhada às áreas que ofereçam risco, tais como: cozinha, lavanderia, central de gás e castelo d'água;
- Respeito à individualidade e as diferenças pessoais. Adoção de piso contínuo, sem degraus ou juntas, rampas, espaço de circulação de no mínimo 0,80m;
- Integração das crianças de diversas faixas etárias no ambiente de solário e pátio;
- Integração com a área externa através do uso de esquadrias baixas colocadas a 0,50m do piso nos ambientes de atividades, bem como, com a definição de aberturas envidraçadas na parte inferior das portas;
- Respeito à escala infantil possibilitando a visão da área externa (dito anteriormente) além da utilização de acessórios como pias, vasos sanitários, cabide para mochilas, bancadas e barras de proteção a altura convenientes à faixa etária a que se destinam. (BRASIL, 2013, p. 04).

Os manuais do projeto arquitetônico de construção do ProInfância basearam-se em um projeto-padrão adequado às características sociais e culturais de cada região, como dito anteriormente, por entender que seria mais ágil a “análise de projeto e fiscalização de convênios e obras”. Como, se trata do atendimento de muitos municípios, baseou-se nas recomendações descritas nos Parâmetros Básicos de Infra-estrutura para Instituições de Educação Infantil (BRASIL, 2006) para a estruturação e divisão dos espaços, já listados anteriormente, seguindo como ponto de partida priorizou-se:

- Definição de um modelo que possa ser implantado em qualquer região do território brasileiro, considerando-se as diferenças climáticas, topográficas e culturais;
- Facilidade construtiva, com a utilização de alvenaria de tijolos furados (19x19x10cm) e estrutura de concreto;
- Setorização dos ambientes por faixa etária. O projeto deve permitir o desenvolvimento de atividade pedagógica separadamente (por faixa etária ou turma) ou em conjunto, propiciando a socialização e a integração entre as diversas idades;
- Garantia de acessibilidade a portadores de necessidades especiais em consonância com a ABNT NBR 9050;
- Ambientes lúdicos, coloridos e totalmente adaptados à faixa etária a ser atendida, permitindo independência e liberdade de acesso das crianças a vários ambientes da escola;
- Segurança da criança, com restrição de seu acesso desacompanhada a áreas que ofereçam risco, tais como cozinha, lavanderia, central de gás e castelo d'água. Os acabamentos e detalhes construtivos devem ser pensados de maneira a não permitir ferimentos ou perigo aos usuários;
- Utilização de materiais que permitam a perfeita higienização e que propiciem fácil manutenção;
- Obediência à legislação pertinente e normas técnicas vigentes no que tange à construção, saúde e padrões educacionais estabelecidos pelo FNDE/MEC;
- O emprego adequado de técnicas e de materiais de construção, valorizando as reservas regionais com enfoque na sustentabilidade. (Memorial descritivo projeto tipo C). (BRASIL, 2013, p. 07).

É de fato necessário uma preocupação com a “padronização” das instituições de educação infantil municipal, no que se refere à adequação da educação, visando a qualidade da mesma, porém como afirmei anteriormente, padronização que respeite às características e necessidades de cada região. É importante pensar que é nesse ambiente que a criança e o professor passa boa parte dos seus dias, tendo estes influência direta nela. E, esse ambiente tem a responsabilidade de formar e contribuir para o desenvolvimento cognitivo, físico, motor, afetivo, criativo e social das crianças, ou seja, o desenvolvimento pleno destas. Por isso a importância de programas que respeitem os escritos dos documentos, que se baseiem no que muito se lutou e luta para construir, a consciência de que para se fazer uma educação de qualidade, não devemos transpor a responsabilidade apenas para um lado da balança, assim pesa e ela desregula, nada melhor do que um equilíbrio, nisso que vimos, federação junto aos municípios, em busca da oferta de uma educação de qualidade.

Por isso, a importância de programas como o Proinfância, que traz como potente “arma”, um documento que diz respeito à realidade dos profissionais desta etapa, tendo como objetivo nortear as suas práticas, quando traz componentes constituintes de uma proposta pedagógica, ascendendo a curiosidade, renovando os

saberes e possivelmente as práticas dos professores, porque ainda hoje, mesmo com os avanços nesta etapa, e com a criação de políticas públicas, pesquisas, estudos e materiais elaborados para esta área, é perceptível, ao chegar em instituições de educação infantil, que o professor tem a ideia de espaço e ambiente como algo dado, estático, não se dando conta da riqueza que tem como material de trabalho, podendo este ser um ótimo parceiro de suas práticas.

Acredito que com perseverança, ações, estudos e produções, mais conquistas e modificações positivas, virão, ainda que demandem tempo. É só acreditar, continuar, lutando e resistindo.

4 CONCLUSÃO

Esta pesquisa não contempla toda a discussão sobre a organização dos espaços referente ao projeto arquitetônico do ProInfância, porque essa discussão pode se dá de várias outras formas, mas acredito que foi de grande valia e pode colaborar futuramente para outras pesquisas, outros escritos e entendimentos, principalmente para estudantes em formação.

Falar dos ambientes não é uma discussão tão nova, mas na perspectiva do programa ProInfância sim, por se tratar de um programa novo, em desenvolvimento em muitos municípios dos estados do Brasil, de grande porte, transformador positivo de realidades, por isso também se faz interessante e válido, se tornando possivelmente fonte de pesquisa também para membros de alguns destes municípios.

Quando digo transformador positivo, é porque sendo parte das políticas públicas desta etapa, torna-se história, assim como muitas outras, onde trouxe benefício à muitos municípios, transformando a realidade da educação infantil daquele local, ao ofertar vagas para esta etapa, retirando das ruas, de casas e muitas vezes dos maus-tratos cotidianamente vividos, dependendo da sua realidade, crianças que historicamente já não tiveram tanta prioridade.

Como já afirmado ao longo do desenvolvimento deste trabalho, muitos professores ainda não têm a consciência da importância da organização e planejamento dos espaços e ambientes, com suas cores, aromas, sabores, sons, mobiliários, equipamentos, brinquedos, criações, trocas, envolvimentos, sensações, descobertas, entre muitos outros, para o desenvolvimento da criança em sua plenitude. Esta que está a todo o momento explorando, conhecendo, desmistificando, aprendendo, ensinando, produzindo, descobrindo as pessoas, o mundo e suas complexidades.

Estes profissionais estão muitas vezes tão preocupados em planejar suas atividades, preocupados com o tempo que tomarão, que acabam desconsiderando e não enxergando o importante papel do ambiente como parceiro das suas atividades, perdendo a riqueza de possibilidades de experiências e vivências que este possibilita dentro da instituição, com as suas transformações e recriações.

Estas transformações e recriações possibilitam trocas, aprendizagens, interações múltiplas, das crianças entre si, das crianças com os professores, das crianças com os móveis, com os brinquedos, com os materiais e assim por diante, exatamente como previsto nos materiais legais de orientações desta etapa como as DCNEI.

Consequentemente, a pesquisa é e sempre será um ótimo ajudante para o conhecimento e tomada de consciência sobre um assunto, neste caso, a importância do planejamento e organização também do ambiente, para estes que têm em sua prática resquícios do passado. Assim como foi importante para mim fazer uso da pesquisa bibliográfica e documental, para a construção deste trabalho, uma vez que ao me fornecer dados já escritos e pensados, me possibilitou refletir sobre eles.

Acredito que os objetivos aqui propostos foram alcançados, uma vez que foi explorado o assunto no campo teórico e reflexivo, divulgando-o, tornando-o conhecido. Embora os espaços estejam ali todos os dias, deve-se ser lembrar e reafirmar sempre que eles não são estáticos e dependendo do seu uso podem ser ótimos colaboradores das práticas que ali acontecerão. Podendo este servir como material reflexivo para curiosos apenas, estudantes, professores, coordenadores, gestores, secretários de educação e demais envolvidos com a educação, infantil ou não.

É importante refletir que mesmo com o programa e avanços na área da educação infantil, ainda estamos distantes do que consideramos ideal, temos muito a melhorar, uma vez que os avanços vêm aos poucos, e educação de qualidade, não se faz com partes e sim com o conjunto: família, escola, aluno, professor; município, governo e federação; investimento, práticas educativas e compromisso. Outro dia ouvi uma metáfora de um secretário de educação de um dos municípios aqui da Bahia, em relação à termos atualmente espaços os equipamentos de trabalho, disse ele: “pode ser como ter um carro e não saber dirigir”. Temos o espaço físico, mobiliário e equipamentos, vamos ver agora a prática, de que forma ela acontecerá para poder ofertar de fato a educação de qualidade que tanto corremos atrás. A formação de professores é uma importante aliada para essa conquista, não adianta ter equipamentos e não saber usá-los.

Com se faz necessário a refletir sobre o estudo, sobre a aprendizagem que não pára e é constante. Como professores, estudar os documentos, o que se tem de

teoria, analisar o que se tem de prática, pois o conhecimento gera mudanças, e no caso de pessoas comprometidas, mudanças positivas, desenvolvimento, crescimento, progressão, que terá influência direta nas práticas e conseqüentemente na qualidade do que é feito.

É com muito gosto e alegria que encerro por aqui, acreditando que cumpri com os meus objetivos, e de alguma forma esta pesquisa contribuirá, adicionando conhecimento aos prováveis futuros leitores. Alegre em descobrir, entender e redefinir ideias em relação ao tema pesquisado, ficando a certeza de que ainda tenho muito a aprender, caminho a trilhar e descobertas a fazer.

REFERÊNCIAS

ACESSO, permanência, aprendizagem e conclusão da educação básica na idade certa: direito de todas e de cada uma das crianças e dos adolescentes.

Brasília: UNICEF, 2012. Disponível em: <

<http://www.cenpec.org.br/biblioteca/educacao/estudos-e-pesquisas/acesso-permanencia-aprendizagem-e-conclusao-da-educacao-basica-na-idade-certa>>.

Acesso em: 01 ago. 2013.

BARBOSA, Maria Carmem Silveira; HORN, Maria da Graça Souza. Organização do espaço e do tempo na escola infantil. In: CRAIDY, Carmem (Org.). **Educação infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001. p. 67-79.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. In:

LEGISLAÇÃO brasileira sobre pessoas com deficiência. 7. ed. Brasília: Câmara dos Deputados. 2013. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm> .

Acesso em: 31 ago. 2013.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Brasília. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 10. Jul. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil.** Brasília: MEC, 2010. Disponível em: <

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=9769&Itemid>. Acesso em: 31 ago. 2013.

BRASIL, Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Conselho Deliberativo. Resolução/CD/FNDE nº 006, de 24 de abril de 2007.** Estabelece as orientações e diretrizes para execução e assistência financeira suplementar ao Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil – PROINFÂNCIA. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília, 2004.

Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/proinfancia/proinfancia-legislacao?start=10>>. Acesso em: 30 mai. 2013.

BRASIL. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm>.

Acesso em: 11 jun. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros básicos de infraestrutura para instituições de educação infantil**. Brasília : MEC, 2006.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Programas Proinfância**. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.fnnde.gov.br/programas/proinfancia/proinfancia-funcionamento>>. Acesso em: 11 jun. 2013.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Projeto arquitetônico ProInfância tipo b e c**. Disponível em: <<https://www.google.com/search?q=projeto+arquitetonico+proinfancia+tipo+b+e+c&oq=projeto+arquitetonico+proinfancia+tipo+b+e+c&aqs=chrome.0.57j0l2.17998j0&sourceid=chrome&ie=UTF-8>>. Acesso em: 11 jun. 2013.

BRASIL. **Projeto de Lei, nº 8035/2010**. Congresso Nacional. Brasília. Disponível em: <http://www.pne.ufpr.br/?page_id=10>. Acesso em: 15 jul. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Sistema educacional**: educação infantil: pré-escola. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/sobre/educacao/sistema-educacional/educacao-infantil>>. Acesso em: 10 ago. 2013.

BRASIL. Ministério da educação. Secretaria de Educação Básica. **Subsídio para as diretrizes curriculares para a educação básica**. Brasília: MEC, 2009a.

CARVALHO, Adriana Fernandes Perez; RUBIATO, Karina Cássia da Silva. **A perspectiva educativa do espaço físico das creches**. 2012. 84 f. Monografia em Pedagogia - União das Faculdades dos Grandes Lagos, UNILAGO, São José do Rio Preto, 2012. Disponível em: <<http://monografias.brasilecola.com/pedagogia/a-perspectiva-educativa-espaco-flsico-das-creches.htm>>. Acesso em: 31 ago. 2013.

FNDE. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Disponível em: <<http://www.fnnde.gov.br/programas/proinfancia/proinfancia-apresentacao>>. Acesso em: 20 jul. 2013.

FNDE. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Disponível em: <<http://www.fnnde.gov.br/programas/proinfancia/proinfancia-funcionamento>>. Acesso em: 20 jul. 2013a.

FORNEIRO, Lina Iglesias. A organização dos espaços na educação infantil. In: ZABALZA, Miguel A. **Qualidade em educação infantil**. Tradução Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artmed, 1998.

FLORES, Maria Luiza Rodrigues; MELLO, Débora Teixeira de. **Ampliação do acesso à educação infantil via ProInfância**: análises de uma política pública em colaboração. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/iberoamericano2012/Trabalhos/MariaLuizaRodriguesFlores_res_int_GT1.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HADDAD, Lenira; HORN, Maria da Graça Souza. **Criança quer mais do que espaço**. Educação Infantil, São Paulo, n. 1, set. 2011.

HORN, Maria da Graça Souza. **Sabores, cores, sons, aromas: a organização do espaços na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

KISHIMOTO E.; et al. **Brinquedos e brincadeiras na creche e na pré-escola**.

Disponível em:

<http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/17220212_BrinquedosBrincadeiras.pdf>

. Acesso em: 31 ago de 2013.

KULMANN Junior, Moysés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998. 210p.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LORENZONI, Ionice. **Municípios recebem recursos e modelo padrão de escola de educação infantil**. Brasília: ASCOM, FNDE, 2008. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/fnde/sala-de-imprensa/noticias/item/848-munic%C3%ADpios-recebem-recursos-e-modelo-padr%C3%A3o-de-escola-de-educac%C3%A7%C3%A3o-infantil>>. Acesso em: 31 ago. 2013.

MALHEIROS, Márcia Rita Trindade Leite. **Pesquisa na graduação**. Disponível em: <www.profwillian.com/_diversos/download/prof/marciarita/Pesquisa_na_Graduacao.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2013.

NONO, Maévi Anabel. **Organização do tempo e do espaço na Educação Infantil: pesquisas e práticas**. In: Universidade Estadual Paulista. Pró-Reitoria de Graduação. **Caderno de formação: formação de professores educação infantil: princípios e fundamentos**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. v. 2 ; n. 1, p. 96-104.

PDE. **Plano de Desenvolvimento da Educação**. Legislação Educacional. Disponível em:< http://www.educacional.com.br/legislacao/leg_i.asp>. Acesso em: 10 ago. 2013.

PROINFÂNCIA BAHIA. **Slides apresentação do projeto**. Salvador, fevereiro, 2013. Disponível em:

<<http://blogproinfanciabahia.files.wordpress.com/2012/12/apresentac3a7c3a3o-proinfancia-bahia-mec-ufba.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2013.

SILVA, Maria do Pilar Lacerda Almeida. **PDE: plano de desenvolvimento da educação**. Brasília: MEC , [199?]. 31 slides: color. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/proinfancia/proinfancia-apresentacao>>. Acesso em: 31 ago. 2013.

ANEXO 1 Projeto arquitetônico ProInfância tipo B



Fonte:

Disponível em:

<<https://www.google.com/search?q=projeto+arquitetonico+proinfancia+tipo+b+e+c&oeq=projeto+arquitetonico+proinfancia+tipo+b+e+c&aqs=chrome.0.57j0l2.17998j0&sourceid=chrome&ie=UTF-8>>. Acesso em: 31 de ago. 2013.

ANEXO 2 Projeto arquitetônico ProInfância tipo C



Fonte:

Disponível em:

<<https://www.google.com/search?q=projeto+arquitetonico+proinfancia+tipo+b+e+c&oq=projeto+arquitetonico+proinfancia+tipo+b+e+c&aqs=chrome.0.57j0l2.17998j0&sourceid=chrome&ie=UTF-8>>. Acesso em: 31 de ago. 2013.

ANEXO 3 Condições mínimas para a construção de escolas do Proinfância

a) Disponibilidade de terreno com dimensões mínimas de 40 x 70m (Projeto Proinfância B) ou 45 x 35m (Projeto Proinfância C) em área urbana do município, apresentando superfície preferencialmente plana e com cota de nível superior ao nível da rua;

b) Demanda mínima de 240 alunos de 0 a 5 anos para concorrer ao projeto tipo “B” e 120 alunos para concorrer ao projeto tipo “C”, com base em dados do Censo Escolar. Para concorrer aos recursos, a entidade proponente deverá apresentar os seguintes itens:

- Relatório de vistoria de terreno (padrão FNDE);
- Relatório fotográfico;
- Planta de localização do terreno mostrando a posição do lote em relação ao entorno imediato e população a ser atendida pela escola (ex. foto aérea, foto de satélite, mapa da cidade, etc.);
- Planta de situação do terreno onde seja possível verificar as dimensões do lote, ruas, confrontações limítrofes e norte magnético;
- Levantamento planialtimético do terreno com curvas de nível indicadas de metro em metro, e perfis topográficos (no mínimo dois: transversal e longitudinal) do terreno;
- Planta de locação da obra indicando acessos, afastamentos do prédio em relação às divisas, indicação das ligações de água, energia elétrica e esgoto (se houver) entre o prédio e a rede pública, cotas de níveis dos blocos, acessos, paisagismo e demais elementos necessários à compreensão da proposta (preferencialmente na escala 1:100 ou 1:75);
- Planilha orçamentária do projeto padrão preenchida com custos praticados no mercado;
- Cronograma físico-financeiro da obra;
- Laudo de compatibilidade do projeto de fundações, em consonância com a carga de resistência do solo em que será implantada a escola, conforme modelo padrão, assinado por profissional habilitado;

- Declaração de responsabilidade pelo fornecimento de infraestrutura básica – água, energia e esgoto – bem como declaração de responsabilidade pela terraplanagem necessária para a implantação;
- Estudo de demanda, embasado em dados oficiais, que comprove a necessidade de construção de escola de ensino infantil na região definida (bairro, setor, conjunto habitacional, etc), levando-se em consideração o número de crianças de 0 a 5 anos residentes no local, a infraestrutura existente e a quantidade de crianças sem atendimento. O documento deverá ser assinado pelo(a) secretário(a) municipal de Educação;
- Declaração de dominialidade do terreno assinado pelo prefeito municipal, conforme modelo padrão.

Fonte: FNDE (2013)

ANEXO 4 Projeto assessoramento e acompanhamento pedagógico aos municípios que aderiram ao ProInfância no estado da Bahia – MEC/UFBA



Municípios contemplados PROINFÂNCIA Bahia / MEC-UFBA

POLO	MUNICÍPIOS
<p>POLO 01 – IRECE</p>	<p>América Dourada Barra Brotas de Macaúbas Cafarnaum Canarana Central Cotegipe Gentio do Ouro Ibipeba Ibititá Ipupiara Irecê Itaguaçu da Bahia João Dourado Jussara Lapão Novo Horizonte Piatã Presidente Dutra São Gabriel Uibaí Xique-Xique</p> <p>Total de municípios: 22</p>
<p>POLO 02 – SALVADOR</p>	<p>Água Fria Alagoinhas Amélia Rodrigues Anguera Antonio Cardoso Candeias Cardeal da Silva Catu Conceição de Feira Conde Dias D'Ávila Entre Rios</p>

	<p>Esplanada Feira de Santana Irará Itanagra Itaparica Ituberá Jandaíra Lauro de Freitas Luís Eduardo Magalhães Mata de São João Olindina Pedrão Rio Real São Domingos Santanópolis Santo Estêvão Sátiro Dias Tanquinho</p> <p>Total de municípios: 30</p>
<p>POLO 03 – EUCLIDES DA CUNHA</p>	<p>Abaré Adestina Antas Araci Banzaê Barrocas Biritinga Cansanção Cipó Coronel João Sá Euclides da Cunha Fátima Glória Heliópolis Ichu Jeremoabo Monte Santo Nordestina Nova Soure Quinjingue Ribeira do Pombal Rodelas Santa Luz Serrinha Teofilândia Tucano Valente</p> <p>Total de municípios: 27</p>

<p>POLO 04 – AMARGOSA</p>	<p>Amargosa Aratuípe Brejões Cabaceiras do Paraguaçu Coração de Maria Cravolândia Cruz das Almas Governador Mangabeira Irajuba Itiruçu Jiquiriça Lafaiete Coutinho Maracás Maragogipe Muniz Ferreira Mutuípe Nazaré Nova Itarana Planaltino Pojuca Santa Inês Santa Terezinha Teolândia Ubaíra Valença Varzedo Wenceslau Guimarães</p> <p>Total de municípios: 27</p>
<p>POLO 05 – ILHÉUS</p>	<p>Alcobaça Apuarema Arataca Barro Preto Belmonte Buerarema Camacã Canavieiras Eunápolis Gandú Gongogi Ibicaraí Ibicuí Ibirapitanga Ilhéus Itabela Itabuna Itacaré Itagí Itajú do Colônia Itajúipe</p>

	<p>Itamarajú Itapitanga Lagedão Mascote Medeiros Neto Nova Ibiá Nova Viçosa Pau Brasil Porto Seguro Prado Santa Cruz da Vitória Teixeira de Freitas Ubaítaba Uma</p> <p>Total de municípios: 35</p>
<p>POLO 06 – VITÓRIA DA CONQUISTA</p>	<p>Anagé Aracatu Barra do Choça Belo Campo Bom Jesus da Serra Boquira Caatiba Caetanos Cândido Sales Caraíbas Cordeiros Encruzilhada Iguaí Itambé Itarantim Itororó Livramento de Nossa Senhora Macarani Maetinga Maiquinique Mirante Nova Canaã Piripá Planalto Poções Presidente Jânio Quadros Ribeirão do Largo Vitória da Conquista</p> <p>Total de municípios: 28</p>
<p>POLO 07 – SENHOR DO BONFIM</p>	<p>Campo Alegre de Lourdes Campo Formoso Canudos Curaçá</p>

	<p>Filadélfia Jaguarari Juazeiro Pilão Arcado Pindobaçú Ponto Novo Queimadas Remanso Senhor do Bonfim</p> <p>Total de municípios: 13</p>
POLO 08 – BAIXA GRANDE	<p>Baixa Grande Boa Vista do Tupim Gavião Iaçú Ibiquera Ipirá Itaberaba Jacobina Lajedinho Macajuba Mairi Nova Fátima Pé de Serra Ruy Barbosa São José do Jacuípe São Sebastião do Passé Tapiramutá Várzea da Roça Várzea do Poço</p> <p>Total de municípios: 19</p>
POLO 09 – CAETITÉ	<p>Botuporã Brumado Caetité Candiba Carinhanha Caturama Correntina Dom Basílio Feira da Mata Ibotirama Igaporã Iuiú Jaborandi Lagoa Real Macaúbas Malhada de Pedras Palmas de Monte Alto</p>

	Paramirim Paratinga Riacho de Santana Rio do Antonio Rio do Pires Santa Maria da Vitória Santa Rita de Cássia Santana São Félix do Coribe Serra Dourada Serra Ramalho Tabocas do Brejo Velho Urandi Wanderley Total de municípios: 31
POLO 10 – MORRO DO CHAPÉU	Andarai Boninal Bonito Iraquara Itaeté Mequém do São Francisco Mirangaba Morpará Morro do Chapéu Oliveira dos Brejinhos Ourolândia Palmeiras Total de municípios: 12

Fonte: PROINFÂNCIA BAHIA (2013)